



**CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA PARA
JOVENS E ADULTOS
CEEBJA ASSIS CHATEAUBRIAND**

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

**Assis Chateaubriand
2017**

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO
CEEBJA ASSIS CHATEAUBRIAND

“Ninguém caminha sem aprender a caminhar, sem aprender a fazer o caminho caminhando, refazendo e retocando o sonho pelo se pôs a caminhar”

Paulo Freire

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	05
I IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO.....	06
1.1 Aspecto históricos da instituição.....	06
1.2 Caracterização do atendimento na instituição e quantidade de estudantes.....	08
1.3 Estrutura física, materiais e espaços pedagógicos.....	10
1.4 Recursos humanos.....	11
1.5 Instâncias colegiadas.....	11
1.6 Perfil da comunidade escolar.....	11
II DIAGNÓSTICO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO – MARCO	
SITUACIONAL.....	13
2.1 Gestão escolar.....	13
a) Instâncias colegiadas.....	13
b) Equipamentos físicos e pedagógicos.....	13
2.2 Ensino aprendizagem.....	16
a) Plano de trabalho docente.....	17
b) Avaliação.....	17
c) Conselho de avaliação.....	18
d) Registro da prática pedagógica.....	18
2.3 Atendimento educacional especializado ao público-alvo da educação especial.....	19
2.4 Articulação entre as etapas de ensino.....	20
2.5 Articulação entre diretores, pedagogos, professores e demais profissionais da educação.....	20
2.6 Articulação da instituição de ensino com os pais e/ou responsáveis.....	21
2.7 Formação continuada dos profissionais da educação.....	22
2.8 Acompanhamento da hora atividade.....	22
2.9 Organização do tempo e espaço pedagógico e critérios de organização das turmas.....	23
a) Atendimento às modalidades.....	23
b) Sala de recursos.....	24
2.10 Índice de aproveitamento escolar (indicadores externos e internos), abandono/evasão e relação idade-série.....	24
a) Abandono escolar.....	24

b) Prevenção ao uso de álcool e outras drogas e enfrentamento às violências na instituição de ensino.....	25
2.11 Relação entre profissionais da educação e discentes.....	26
III FUNDAMENTOS TEÓRICOS – MARCO CONCEITUAL.....	27
3.1 Mundo.....	27
3.2 Homem.....	27
3.3 Sociedade.....	28
3.4 Educação.....	28
3.5 Trabalho.....	29
3.6 Cidadania.....	29
3.7 Cultura.....	30
3.8 Idoso.....	30
3.9 Adulto.....	31
3.10 Adolescência.....	31
3.11 Juventude.....	32
3.12 Escola.....	32
3.13 Conhecimento.....	33
3.14 Ensino-aprendizagem.....	33
3.15 Avaliação.....	34
3.16 Tempo e espaço escolar.....	36
3.17 Tecnologia.....	36
3.18 Gestão escolar.....	37
3.19 Formação humana integral.....	38
3.20 Formação continuada.....	38
3.21 Educação inclusiva e diversidade.....	39
3.22 Direitos humanos.....	40
3.23 Educação ambiental.....	40
3.24 Violências e o uso do álcool e outras drogas em âmbito escolar.....	41
IV PLANEJAMENTO – MARCO OPERACIONAL.....	43
4.1 Calendário escolar.....	43
4.2 Ações didático-pedagógicas.....	43
4.3 Ações referentes à flexibilização curricular.....	48
4.4 Celem.....	52

4.5 Sareh.....	53
4.6 Atendimento domiciliar à distância.....	53
4.7 Proposta pedagógica curricular.....	54
V AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL.....	55
5.1 Dimensão I gestão educacional.....	56
5.2 Dimensão II formação de professores e de profissionais de serviço gerais e apoio.....	56
5.3 Dimensão III práticas pedagógicas e avaliação.....	57
5.4 Dimensão IV infra estrutura-física e recursos pedagógicos.....	57
VI AVALIAÇÃO DO PPP.....	59
VII REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	60

APRESENTAÇÃO

Com este Projeto Político Pedagógico - PPP busca-se refletir sobre as bases de defesa por uma educação que esteja voltada para as necessidades individuais, coletivas e históricas de homens e mulheres que não concluíram seus estudos em idade e série/ano compatíveis e que encontram na Educação de Jovens e Adultos - EJA a possibilidade de conclusão dos estudos básicos.

Para a efetivação das possibilidades educativas disponibilizadas no Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos – CEEBJA Assis Chateaubriand, o Projeto Político Pedagógico expressa autonomia e contempla os princípios de liberdade de aprender, de ensinar, de pesquisar e de divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; vinculando educação escolar, trabalho, práticas sociais, bem como aponta caminhos que a escola toma para que a sua função social seja pensada e efetivada de forma sistematizada.

Parte-se do pressuposto que o jovem e o adulto da EJA, dadas as suas necessidades educativas, têm direito de acesso ao conhecimento científico, partindo-se dos saberes adquiridos nas suas vivências.

Propõe-se gestão democrática fundamentada no diálogo e envolvimento dos segmentos escolares no processo educativo.

Este PPP vem sendo elaborado e construído coletivamente em vários momentos específicos: reuniões pedagógicas, estudos realizados na semana pedagógica, momentos de formação continuada e pesquisas bibliográficas, mediado pelas reflexões, discussões e diálogos, garantindo a participação efetiva de todos os segmentos escolares em consonância à legislação vigente.

I - IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO

Instituição de Ensino: Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos Assis Chateaubriand - Ensino Fundamental e Médio - CEEBJA Assis Chateaubriand
Código da Instituição: 47771
Endereço completo: Rua Brasília, 45 - Centro Cívico
Município: Assis Chateaubriand
NRE: Assis Chateaubriand
Código do NRE: 0200
Código INEP: 41353080
Dependência Administrativa: Estadual
Localização: Urbana
Oferta de Ensino: Educação de Jovens e Adultos
Ato de autorização da instituição: Resolução nº 5026/2007 de 21/01/2008.
Ato de Reconhecimento da instituição: Resolução 2913/14, DOE de 31/07/14.

1.1 Aspectos históricos da instituição

O Centro de Estudos Supletivos, CES, foi criado com a finalidade de atender estudantes com faixas etárias diversas que não tiveram oportunidades de concluir a escolarização básica em idade própria de acordo com a legislação vigente.

Sua criação aconteceu através de solicitação para autorização de funcionamento apresentado ao Núcleo Regional de Educação de Assis Chateaubriand, quando se solicitou a implantação da referida instituição, que após análise do Departamento de Estudos Supletivos, DESU/SEED, foi encaminhado ao Conselho Estadual de Educação para aprovação. Através do Parecer nº 172/96 de 16/01/96, a SEED autorizou o funcionamento por meio da Resolução nº 308/96 DOE 31/01/1996. Sua localização deu-se na sobreloja da empresa Cris Aviaamentos.

Posteriormente mudou-se o endereço do CES para a Avenida Tupãssi, 2.749, esquina com a Rua Vale do Piquiri.

O reconhecimento do Estabelecimento do Ensino Fundamental realizou-se através da Resolução 3201/98 DOE 28/10/1998.

Após dois anos de reconhecimento da Instituição de Ensino, foi também reconhecido o Curso Supletivo de Ensino Médio através de Resolução nº 0953/2000 de 29/03/2000. Pela Resolução nº 3120/98 DOE 11/09/1998, o CES passou a denominar-se Centro de Educação Aberta, Continuada a Distância Assis Chateaubriand – CEAD Assis Chateaubriand. Posteriormente, esta Instituição de Ensino teve sua nomenclatura alterada em 15/12/1999 pela Resolução nº 4561/99, DOE 05/01/2000, para Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos Ensino Fundamental e Médio – CEEBJA Assis Chateaubriand. Em 04/12/2001, a Resolução 2972/01 autorizou o funcionamento do Ensino Fundamental Fase I, II e Médio na Modalidade Educação de Jovens e Adultos, passando o atendimento a ser semipresencial.

Pela Deliberação nº 016/95, de 08 de dezembro de 1995 do Conselho Estadual de Educação – CEE-PR, foram aprovados os projetos de estudos correspondentes ao segundo segmento do ensino fundamental - PAC, Postos Avançados do CEAD.

A Instrução nº 02/2005 – SUED passa a orientar, a partir da data de sua publicação, a abertura e o funcionamento das Ações Pedagógicas Descentralizadas – APEDs, antigos PACs.

O CEEBJA Assis Chateaubriand oferta turmas de APEDs atendidas sob organização coletiva em municípios vizinhos e em distritos municipais.

Em 30/04/06, em decorrência da implantação da nova proposta para a educação de jovens e adultos, encerrou-se a modalidade semipresencial. Dessa forma, o CEEBJA Assis Chateaubriand passa a ofertar a modalidade presencial amparado pela Resolução n.º 5026/07 – SEED, autorizando o funcionamento do Ensino Fundamental Fase II e Ensino Médio, reconhecendo os cursos com implantação simultânea, por 2 (dois) anos, a partir do início do ano letivo de 2006.

O Parecer n.º 90/08-CEE-PR, de 5 de março de 2008, prorrogou por 1 (um) ano, excepcionalmente, o prazo para a renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental Fase II e Médio.

Na sequência, por meio da Resolução nº 1098/10 de 23/03/10, a renovação do reconhecimento do Ensino Fundamental Fase II e Ensino Médio, presencial, encerrou-se em 31/ 12/ 2012.

Através da Resolução nº 536/ 14 de 03/02/14, foi renovado o reconhecimento

do Ensino Fundamental Fase II do CEEBJA Assis Chateaubriand. Tal renovação de reconhecimento é, então, concedida, pelo prazo de cinco anos, a partir do início do ano de 2013, até o final do ano de 2017.

Pela Resolução nº 2913/14 de 17/06/14, renovou-se o reconhecimento do Ensino Médio do CEEBJA Assis Chateaubriand por mais cinco anos, a partir do início do ano de 2013 até o final do ano de 2017.

1.2 Caracterização do atendimento na instituição e quantidade de estudantes

São ofertados aos estudantes, de forma presencial na organização coletiva e individual, o Ensino Fundamental Fase II e Médio em todas as disciplinas da matriz curricular, de acordo com carga horária determinada, com funcionamento nos períodos matutino, vespertino e noturno. No ensino fundamental fase II, os alunos podem ingressar a partir de quinze anos completos, e no Ensino Médio, ingressam a partir de dezoito anos completos. Os cursos são organizados em momentos coletivos e individuais com a seguinte carga horária: ensino fundamental fase II, mil e seiscentas horas, compreendendo do 6º ao 9º ano, já o ensino médio, mil e duzentas horas, conforme Resolução 03/2010, CNE/CEB e Deliberação 05/2010 de 03/12/2010 CEE/PR.

Os cursos da educação de jovens e adultos autorizados e que culminam com a expedição de certificados deverão ter a duração mínima de dois anos e um ano e meio respectivamente para o Ensino Fundamental Fase II e para o Ensino Médio, independentemente da forma de organização curricular.

A oferta e organização dos períodos letivos, dias e horários são previstos em cronograma elaborado pela equipe diretiva da instituição e sua aprovação dar-se pelo Conselho Escolar, Núcleo Regional de Educação e Coordenação de EJA/SEED. Este cronograma visa atender as especificidades dos estudantes que frequentam a escola.

No momento da matrícula é feito um trabalho de orientação ao estudante. A equipe pedagógica sugere a melhor forma de atendimento ao estudante, seja no atendimento individual ou coletivo.

O atendimento individual destina-se, preferencialmente, aos estudantes trabalhadores cujos horários os impossibilitam de frequentar as aulas com regularidade, ou ainda, àqueles que possuem aproveitamento de estudos. Nesses

casos, a escola por meio de cronograma próprio, oferta dia e horário das disciplinas para que o estudante possa cursar seus estudos, respeitando ritmo e tempo próprios, garantindo, assim, o acesso ao conhecimento e o direito à escolarização formal.

Para ingresso no atendimento individual, o estudante (se trabalhador) deve apresentar declaração de trabalho assinada pelo empregador de modo a comprovar a incompatibilidade com os horários de atendimento coletivo, ou comprovar a situação de trabalho sazonal, como, por exemplo, cortadores de cana, colheita da soja, do milho, etc. O estudante pode, ainda, elaborar declaração de próprio punho, justificando horário e turno de trabalho, quando esta não puder ser fornecida pelo empregador ou nos casos de trabalhador autônomo.

O atendimento coletivo é ofertado com previsão de início e término para cada disciplina de acordo com o cronograma aprovado para o ano letivo.

O CEEBJA oferta APEDs que são autorizadas pela Coordenação de Educação de Jovens e Adultos do DEB/SEED para atendimento de demandas específicas, somente na organização coletiva e no período noturno, de acordo com a necessidade da comunidade. Isso acontece em diversas localidades como distritos, patrimônios e demais municípios do NRE de Assis Chateaubriand.

O CEEBJA atende aproximadamente 1104¹ estudantes, sendo 910 na sede e 194 nas APEDs.

São ofertados pela Secretaria de Estado da Educação - SEED, por meio de edital próprio, os exames da EJA, organizados em cronograma próprio estabelecido pela SEED. O estudante pode efetuar sua inscrição para concorrer a uma vaga e atingindo a média mínima para aprovação, pode concluir o ensino fundamental e/ou médio. Para tanto, é necessário ter idade mínima de quinze anos completos para a conclusão do ensino fundamental e, para a conclusão do Ensino Médio, ter a idade mínima de dezoito anos completos.

O CEEBJA oferta como atividade extracurricular a Língua Espanhola, através do Centro de Línguas Estrangeiras Moderna (CELEM), regulamentado pela Resolução Secretarial nº 3904/2008. É ofertada somente na organização coletiva.

Para estudantes com necessidades especiais de aprendizagem, a instituição oferta atendimento complementar especializado, normatizado por instruções próprias

¹ Dados extraídos do site seja.seed.pr.gov.br em 03/04/2017.

do DEEIN/SUED/SEED.

A sala de recursos multifuncional tipo I, com atendimento no período vespertino e noturno, atende estudantes com deficiência intelectual comprovada por laudo médico anterior aos dezoito(18) anos. A sala de recursos multifuncional tipo II, é ofertada para estudantes com deficiência visual (cegos, surdos-cegos e baixa visão), com atendimento no período vespertino. De acordo com a legislação de educação especial atende-se, através do professor de apoio de comunicação alternativa, estudantes na área da surdez e deficiência físico-neuromotora.

O Estudante que não comparecer à instituição de ensino, após dois meses ininterruptos, a contar da data da última presença na disciplina, será considerado desistente.

Em se tratando do estágio não obrigatório, é planejado, executado e avaliado em conformidade com os objetivos propostos para a formação profissional dos estudantes. É exigido a idade mínima de 16 anos para ingressar, não podendo exceder dois anos, exceto quando tratar-se de estagiário com necessidades especiais.

1.3 Estrutura física, materiais e espaços pedagógicos

A instituição funciona em modernas e amplas instalações em prédio locado com um mil e duzentos metros quadrados, com dois pisos, nos quais estão distribuídas: depósito de merenda, sala de direção e direção auxiliar, secretaria, coordenação, laboratório de informática, laboratório de ciências / química / física / biologia, biblioteca, depósito de materiais de limpeza, banheiros, salas de aula, sala da equipe pedagógica, sala de hora-atividade, cozinha e refeitório.

As salas de aulas estão mobiliadas com conjunto de carteira e cadeira, mesa e cadeira para o professor, quadro de giz ou branco; em algumas salas os mesmos são novos, em outras, reformados ou em bom estado de conservação. Os equipamentos eletrônicos tais como computadores, Datashow e impressoras estão em boas condições de uso. A biblioteca possui um vasto acervo bibliográfico com aproximadamente dois mil, cento e sessenta e cinco livros.

1.4 Recursos humanos

O CEEBJA possui em seu quadro pessoal oitenta e dois profissionais, habilitados de acordo com a Lei 12.796/2013, sendo um diretor, uma diretora auxiliar, quatro pedagogos, dois coordenadores itinerantes de APEDs, cinquenta e sete professores, treze agentes educacionais I e II, uma professora da sala de recursos multifuncional I, uma professora da sala de recursos multifuncional II, uma intérprete de libras e dois professores de apoio.

1.5 Instâncias colegiadas

Tendo como meta o diálogo e a participação, esta instituição possui três órgãos colegiados que atuam alinhados na representação e valorização dos professores, funcionários, pais e estudantes, contando também com a participação dos movimentos sociais e de classes nas atividades que a mesma desenvolve. Atualmente contamos com os seguintes órgãos colegiados: Conselho Escolar, APPAF e Conselho de Avaliação.

1.6 Perfil da comunidade escolar

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN n/ 9394/96, em seu artigo 37, diz que “A Educação de Jovens e Adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no Ensino Fundamental e Médio na idade própria”. É característica dessa Modalidade de Ensino a diversidade do perfil dos estudantes, com relação à idade, ao nível de escolarização em que se encontram, à situação socioeconômica e cultural, às ocupações e a motivação pela qual procuram a escola.

Os estudantes são adolescentes, jovens e adultos, com idade bastante variada. Desse grupo fazem parte estudantes inclusos da educação especial, menores em cumprimento de medidas socioeducativas, estudantes trabalhadores que não tiveram acesso à escolarização na idade própria ou não tiveram possibilidade de continuar seus estudos por tais razões: disparidade idade-série, necessidade de trabalhar, desinteresse pelos estudos, repetências sucessivas por não adaptação às

práticas escolares, ausência de estímulo ao processo de escolarização, desavenças entre professor/aluno, casamento prematuro, gestação na adolescência, evasão escolar e condição sociocultural.

II DIAGNÓSTICO DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO – MARCO SITUACIONAL

2.1 Gestão escolar

a) Instâncias colegiadas

A escola possui a Associação de Professores, Pais, Alunos e Funcionários – APPAF, que é pessoa jurídica de direito privado. É órgão de representação de alunos, pais, professores e funcionários do estabelecimento de ensino, sem caráter político partidário, religioso, racial e sem fins lucrativos. Seus dirigentes e conselheiros não são remunerados. É regida por estatuto próprio, aprovado e homologado em assembleia geral, convocada especificamente para este fim. Recebe e gerencia os recursos próprios e os transferidos de acordo com a Lei Federal 11.947/2009.

O Conselho Escolar é um órgão colegiado de natureza deliberativa, consultiva, avaliativa e fiscalizadora sobre a organização e a realização do trabalho pedagógico e administrativo do estabelecimento de ensino, em conformidade com a legislação educacional vigente e orientações da Secretaria de Estado da Educação. O Conselho Escolar é composto por todos os segmentos da comunidade escolar, sendo presidido por seu membro nato, o diretor da escola.

O Conselho de Avaliação é um órgão colegiado de natureza consultiva em assuntos didático-pedagógicos, com atuação dirigida aos estudantes da instituição de ensino, tendo por objetivo avaliar e propor aperfeiçoamento no processo de ensino-aprendizagem.

O mesmo será constituído pelos professores que ministram aulas nas disciplinas em que os estudantes estão matriculados, pelos representantes dos estudantes (em cada etapa de ensino) e pela equipe de professores pedagogos.

b) Equipamentos físicos e pedagógicos

Para a efetivação dos trabalhos administrativos e pedagógicos, o CEEBJA tem a sua disposição diversos equipamentos mobiliários devidamente registrados nos códigos 020047771, 0472 e 0333 pertencentes a APPAF/CEEBJA e a SEED/SUDE, conforme descrição abaixo:

Qde.	Descrição
01	Agitador magnético
01	Antena parabólica
20	Aparelho de ar condicionado
01	Aparelho de fax
02	Aparelho DVD
20	Armário
38	Arquivo de aço
02	Balança digital
01	Balança plataforma sem coluna
01	Balcão
01	Bandinha rítmica
10	Banquetas mocho
02	Batedeira/batedeira semi-industrial
01	Bebedouro
01	Bebedouro
02	Botijão de gás
02	Botijão de gás
132	Cadeira (fixa e giratória)
03	Caixa de som
13	Câmera
01	Câmera fotográfica semiprofissional
01	Carteira para Educação Especial
01	Centrífuga
01	Cofre
51	Computador
327	Conjunto escolar
01	Cortador para uso domestico
01	Digitalizador de Imagem com voz
10	Estabilizador
38	Estante de aço
03	Estrado vazado
01	Estufa

13 Extintor de incêndio
01 Filtro purificador de água
01 Fogão industrial sem forno
02 Fonte de alimentação
01 Forno micro-ondas
01 Fragmentadora de papel
03 Freezer/refrigerador
01 Globo terrestre
15 Iluminação de emergência
01 Impressora Braille
10 Impressora/copiadora
01 Lava jato
01 Lavadora de roupas
01 Lupa eletrônica
01 Manta aquecedora
01 Máquina de escrever em Braille
01 Medidor de PH digital
01 Medidor estadiômetro portátil
21 Mesa de leitura/reunião
01 Mesa de tênis
65 Mesas/escrivaninhas/mesas informática
01 Micro system
01 Microfone sem fio 2 bastões
02 Microscópio
01 Multiprocessador de alimento
04 Notebook
02 Projetor/datashow
01 Quadro branco
10 Quadro negro
01 Rack metálico
11 Rack para TV
01 Receptor de sinais de TV
01 Roteador

01	Scanner
01	Servidor
03	Sofá
01	Spin Light
01	Suporte para TV
28	Tablet
01	Tela de projeção
02	Tripé para caixa de som
11	TVs
16	Ventilador de parede

2.2 Ensino-aprendizagem

O processo de ensino-aprendizagem, tanto na forma individual ou coletiva, deve garantir a formação do indivíduo com a aquisição dos conhecimentos sistematizados através de conteúdos relevantes para sua vida.

Busca-se manter um ambiente solidário e cooperativo entre os alunos das diversas faixas etárias, gênero ou raça, conforme Parecer 6/2011, CNE/CEB, possibilitando o acesso às informações relacionadas ao contexto escolar para a efetivação da prática pedagógica.

O processo educativo tem se desenvolvido de modo democrático por meio de gestão que promove a organização e a articulação das condições materiais e humanas para garantir o trabalho pedagógico. Há o compromisso de se partir da realidade escolar.

Assim, o local em que se realiza a educação sistematizada precisa ser o ambiente mais propício à prática da democracia. Por isso, na construção da educação escolar, a coerência entre meios e fins exige que tanto a estrutura didática quanto à organização do trabalho estejam dispostas de modo a favorecer relações democráticas.

Entendido como seleção de cultura, processo ordenador da socialização do conhecimento que engloba toda ação pedagógica, o currículo é o principal elemento de mediação da prática dos professores e estudantes, e para aqueles que realizam o estágio não obrigatório de acordo com as Resoluções 01/2004, e 02/2005, todas do

CNE/CEB, isso é fundamental. Por isso, a organização dos espaços, dos tempos escolares e da ação pedagógica deve ser objeto de reflexão entre os professores e estudantes para que o currículo seja significativo.

A organização dos conteúdos de todas as disciplinas da matriz curricular contempla a história e cultura afro-brasileira, africana e indígena, na perspectiva de proporcionar aos alunos uma educação compatível com uma sociedade democrática, multicultural e pluriétnica.

a) Plano de trabalho docente

É um documento elaborado pelo professor com a intenção de organizar o ensino e aprendizagem em sala de aula. Ainda que os conteúdos da Proposta Pedagógica Curricular sejam os mesmos para os professores da mesma disciplina e da mesma instituição, cada professor possui uma maneira de trabalhar.

Dessa forma, é no PTD que o professor define a abordagem que fará de determinado conteúdo, como fará, com quais recursos, quando fará e como se dará a verificação da aprendizagem dos estudantes.

É nele que se registra o que pensa fazer, como fazer, quando fazer, com que fazer e com quem fazer. Nesse sentido, pode-se dizer que o PTD é a sistematização das decisões tomadas pelo professor individualmente.

b) Avaliação

A avaliação dá-se de forma contínua, cumulativa e processual, condizente com a abordagem e tratamento metodológico específico da Educação de Jovens e Adultos em todas disciplinas do Ensino Fundamental Fase II e Médio, respeitando-se a carga horária de acordo com a matriz curricular. Para efeito de aprovação o aluno deve obter média igual ou superior a 6,0 (seis), independente da realização ou não da recuperação paralela, que é ofertada a todos os estudantes e 75% (setenta e cinco por cento) de frequência na organização coletiva e 100% (cem por cento) de frequência na organização individual.

c) Conselho de avaliação

O Conselho de Avaliação é um órgão colegiado de natureza consultiva em assuntos didático-pedagógicos, com atuação dirigida aos estudantes da instituição de ensino, tendo por objetivo avaliar e propor aperfeiçoamento no processo de ensino-aprendizagem.

O mesmo será constituído pelos professores que ministram aulas nas disciplinas em que os estudantes estão matriculados, pelos representantes dos estudantes (um para cada etapa de ensino, ou seja um para o ensino fundamental e um para o ensino médio) e pela equipe de professores pedagogos.

Seu olhar deve estar voltado ao processo como um todo e diz respeito ao domínio dos conteúdos, desempenho dos estudantes e dos professores, em relação aos conteúdos e encaminhamentos metodológicos, melhoria do aproveitamento, integração e relacionamento dos estudantes e professores.

Deve também estabelecer projetos viáveis de recuperação de conteúdos aos estudantes, em consonância com a proposta curricular, analisando a necessidade do atendimento pedagógico domiciliar, quando necessário, aos estudantes impossibilitados de frequentar a instituição de ensino por problemas de saúde ou licença maternidade, comprovados por atestado/laudo médico e acordar os encaminhamentos junto às equipes pedagógica e docente.

d) Registro da prática pedagógica

Por ser um espaço em que se valoriza o saber acumulado pela humanidade, que chegaram até nossos dias através dos registros e, também visando a veracidade dos fatos, esta instituição mantém a escrituração e o arquivamento de vários documentos escolares. Esses documentos são: Proposta Pedagógica Curricular (PPC), Plano de Trabalho Docente (PTD), Livro Registro de Classe (LRC), Ficha de Registro de Avaliação, Frequência e Conteúdos da Organização Individual, Ficha de Acompanhamento da Equipe Pedagógica, Pareceres e Atas do Conselho de Avaliação e de Ocorrências Pedagógicas.

O livro registro de classe é o documento onde o professor, diariamente registra os conteúdos desenvolvidos, presença ou falta dos estudantes, avaliações,

recuperações, atividades e trabalhos. As notas do período avaliativo devem ser registradas e encaminhadas à equipe pedagógica, cinco dias após o encerramento do cronograma de cada nota, quando serão conferidas e repassadas para a secretaria proceder à digitação no sistema SEJA.

O LRC deve sempre estar em perfeita ordem, sem rasuras, em dia quanto aos registros e guardados no armário da sala dos professores. Em hipótese alguma os mesmos devem ser retirados da escola e levados para casa.

Quanto aos estudantes da Educação Especial, ao final de cada semestre, é elaborado pelo respectivo professor o parecer pedagógico no qual constam o desempenho individual para subsidiar os trabalhos no próximo semestre.

Nas reuniões pedagógicas com professores e funcionários, nas de pais e responsáveis pelos estudantes menores de dezoito anos, nas capacitações, eventos realizados pela instituição são redigidas atas ou relatórios para que fiquem formalmente, registrado tudo que se tratou e acordou nessas ocasiões.

Quando ocorre um outro fato extraordinário envolvendo tanto professores, funcionários e estudantes, também é redigido documento formal para que os fatos fiquem registrados em livro próprio.

2.3 Atendimento educacional especializado ao público alvo da Educação Especial

O professor da educação especial estabelece articulação com os professores das diversas disciplinas curriculares, contribuindo com serviços pedagógicos, acessibilidade e estratégias que promovem a inclusão dos estudantes nas atividades escolares.

O professor de educação especial atende estudantes com deficiência visual, deficiência físico-neuromotora, deficiência intelectual, estudantes surdos e cegos-surdos, como o estabelecido na Lei 17.555/2013 e Lei 17.681/2013, Diretrizes Curriculares de Gênero e Diversidade Sexual da SEED/PR, 2010, Deliberação 04/2006, CEE/PR, Artigo 6º, Deliberação 002/2016, CEE/PR, Parecer 6/2011, CNE/CEB e Instrução 10/2010, SUED/SEED. O apoio fundamenta-se na mediação da comunicação entre o estudante, grupo social e o processo de ensino-aprendizagem.

Com a finalidade de promover a educação para a transformação social, considera-se fundamentos da dignidade humana, igualdade de direitos, reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades: laicidade do estado, democracia, transversalidade, vivência, globalidade e sustentabilidade socioambiental.

2.4 Articulação entre as etapas de ensino

Promove-se um diálogo para fortalecer e preparar, estrategicamente, a rede interna da instituição no sentido de agir pontualmente em situações cotidianas.

Anualmente são realizados os jogos integrados do CEEBJA com os quais se objetiva incentivar a prática esportiva e conscientizar sobre a importância de atividades físicas para a manutenção da saúde física e mental, bem como promover a integração entre os estudantes dos três turnos de funcionamento da instituição bem como seus familiares.

Considerado o perfil dos alunos de EJA, bem como suas necessidades particulares de aprendizagem, a escola oferta o ingresso, busca garantir a permanência e a conclusão de uma escolarização formal, numa perspectiva democrática, justa e comprometida com a superação de preconceitos e desigualdades. Tem-se o compromisso de ampliar o universo de saberes para que o estudante possa mudar a qualidade de suas intervenções sociais.

Busca-se respeitar a diversidade no contexto escolar, considerando sua igualdade de direitos e valores culturais para que os desafios sejam superados.

2.5 Articulação entre diretores, pedagogos, professores e demais profissionais da educação

O trabalho na instituição prima sempre pela articulação das diferentes instâncias colegiadas, numa demonstração de que a democracia é a melhor ferramenta para a resolução de problemas e superação das dificuldades de não aquisição do conhecimento.

Trabalham equipe gestora, docência, funcionários, pais ou responsáveis dos

estudantes menores de dezoito anos e estudantes integrados na busca de metodologias para o trabalho pedagógico. Esta articulação se efetiva tanto na horizontalização como na verticalização no tocante à tomada de decisões.

As ideias e sugestões são bem vindas, sejam na abertura de espaço dado para essas finalidades nas reuniões, como também dispomos de uma “caixa de sugestões”, instalada, estrategicamente, no pátio da instituição. Nela, toda comunidade pode participar com contribuições para melhoria em todos os aspectos: pedagógico, físico, financeiro, etc.

Esta caixa de sugestão é aberta esporadicamente por uma comissão e os dados repassados em reuniões de professores e/ou nas reuniões das instâncias colegiadas para sua análise e efetivação.

Os segmentos das instâncias colegiadas também são responsáveis pelo processo educativo e articulam forças para o sucesso de todos, numa busca constante para a aquisição de uma educação de qualidade.

2.6 Articulação da instituição de ensino com os pais e/ou responsáveis

A instituição promove a participação dos pais ou responsáveis dos estudantes de quinze a dezoito anos no processo educativo. Esta articulação se efetiva através da presença dos pais ou responsáveis no acompanhamento das atividades escolares dos estudantes, seja pela presença de maneira individual espontânea ou por convocação, como também através das reuniões realizadas ao longo do ano nas quais são priorizadas a formação e a informação.

Instituição e família devem construir relacionamentos de cooperação que repercutem no desenvolvimento educacional dos estudantes menores de idade. Quando pais e responsáveis estão efetivamente comprometidos com a vida escolar de seus filhos observamos um melhor desempenho escolar e uma melhor performance no tocante à assiduidade.

Os pais ou responsáveis também participam dos eventos realizados pela instituição como forma de fortalecer os laços de integração entre instituição e comunidade. Estes eventos são reuniões, palestras, jogos escolares, festa junina, noite de talentos, concurso de redação e formatura

2.7 Formação continuada dos profissionais da educação

A capacitação constitui elementos de grande importância para a qualidade do trabalho pedagógico. Ao longo do ano são previstos no calendário escolar, dias para a realização de eventos com o objetivo de aprofundamento do conhecimento. Participam desses eventos todos os professores e funcionários que trabalham na instituição e em algumas oportunidades, os membros das instâncias colegiadas.

Grupos de Estudo, Semana Pedagógica, Formação em Ação, Equipe Multidisciplinar, Cursos, Reuniões, PDE, Seminários, Simpósios, Brigada Escolar, Palestras, presenciais ou online, são modalidades de eventos de aperfeiçoamento dos quais nossos profissionais participam com incentivo e aval da equipe gestora.

A equipe multidisciplinar está organizada de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, dando subsídios teórico-metodológicos para o trabalho escolar.

Quanto ao PDE, a instituição possui um número expressivo de profissionais nesta Instituição de Ensino que já concluíram o Programa de Desenvolvimento Educacional (PDE). Dezoito já concluíram o programa e outros dois estão em fase de desenvolvimento.

Através desse trabalho temos visto a melhoria da qualidade da educação. Alguns dos temas propostos nas intervenções pedagógicas estão diretamente relacionados com a EJA.

A instituição possui equipe da Brigada Escolar, devidamente capacitada e constituída. Esta realiza reuniões bimestrais para avaliar e propor mudanças no plano de abandono, realiza treinamento com toda comunidade escolar, uma vez por semestre em cada turno, conforme instruções legais.

2.8 Acompanhamento e realização da hora-atividade

A hora-atividade dos professores é realizada na Instituição e utilizada para planejamento das aulas, preparação de atividades e avaliações, organização do livro registro de classe, correção de avaliações e melhoraria da organização escolar. A equipe pedagógica dá suporte ao professor sugerindo pesquisas e orientando para a

organização das práticas pedagógicas.

Os professores que trabalham nas Ações Pedagógicas Descentralizadas - APEDs contam com apoio constante das coordenações itinerantes que acompanham o trabalho educativo e auxiliam na prática pedagógica. Estes professores fazem hora-atividade concentrada na sede, às sextas-feiras e são orientados pela equipe pedagógica e coordenação.

2.9 Organização do tempo e espaço pedagógico e critérios de organização das turmas

a) O atendimento às modalidades

Como essa instituição atende a modalidade de EJA, ensino fundamental e médio, com matrícula por disciplina, a equipe pedagógica organiza os cronogramas de atendimento de maneira que possibilitem a conclusão da etapa de ensino para o estudante em tempo hábil.

A instituição possui salas ambientes destinadas às diversas disciplinas que compõem a matriz curricular de maneira que o estudante possa receber atendimento tanto individual como coletivo nesse local, com suporte de materiais (livros, dicionários, Tvs, mapas e fichas) a sua disposição sem necessidade de deslocamentos para outro espaço.

A organização curricular permite aos estudantes percorrerem trajetórias de aprendizagens tendo respeitado seu ritmo, ou seja, seu tempo particular no processo de apropriação dos saberes. Também organiza o tempo escolar a partir do tempo disponível do estudante trabalhador, tanto no que se refere à organização diária das aulas, quanto no total de dias previstos na semana, conforme o cronograma da oferta das disciplinas proposto para atender às necessidades educacionais.

As disciplinas curriculares possuem carga horária específica. Ao ingressar na EJA, o estudante pode requerer aproveitamento referente às séries já concluídas. Tendo garantido o direito de cursar apenas a carga horária referente às séries/anos ainda por concluir.

Ao cumprir a carga horária e ao apropriar-se com êxito dos conteúdos previstos para cada disciplina, os estudantes são considerados concluintes e podem

matricular-se nas demais disciplinas curriculares.

Destaca-se que a oferta de matrículas por disciplina na forma individual, possibilita o ingresso do estudante em qualquer período do ano letivo. Já no atendimento coletivo essa matrícula acontece de acordo com o cronograma pré estabelecido e desde que o estudante se enquadre nessa organização de acordo com seu documento escolar.

A formação de turmas é realizada por disciplina e de acordo com as instruções quanto ao número de estudantes por sala.

b) Sala de recursos

Esta instituição contempla duas salas de aula para atendimento preferencialmente em contra turno, aos estudantes com deficiência visual, deficiência física, neuromotora, deficiência intelectual, surdos e cegos-surdos. Este atendimento está amparado por instruções próprias do DEEIN/SUED/SEED.

A sala de recursos multifuncional tipo I, atende no período vespertino e noturno; já a sala de recursos multifuncional tipo II, atende somente no período vespertino.

O sistema de avaliação toma por base a realização de relatórios semestrais onde é registrado o nível de desenvolvimento individual de cada estudante.

2.10 Índices de aproveitamento escolar (indicadores externos e internos), abandono/evasão e relação idade-série

a) Abandono escolar

A evasão escolar constitui um dos desafios contemporâneos e a comunidade escolar tem buscado aprofundar seus conhecimentos sobre essa temática em reuniões semanais pedagógicas contempladas no calendário escolar desta instituição de ensino.

A Educação de jovens e adultos tem responsabilidade social na luta contra a exclusão social a favor da plena cidadania.

A instituição realiza ações de combate à evasão escolar, de acordo com a Lei

10.287/2001 e Lei 10.836/2004. Procura contatar os estudantes evadidos por meio de telefone, motivando-os à retomada dos estudos. Este contato é realizado com pais ou responsáveis que, perante a lei, devem acompanhar a situação escolar do filho.

Quando o contato telefônico não surte efeito, a família é convocada a comparecer na instituição e firmar compromisso de que a situação será resolvida.

Se com isso não conseguirmos resolver a situação são preenchido os formulários constantes do Programa de Combate ao Abandono Escolar, conforme instruções e encaminhado para a Rede de Proteção que dependendo do Município de abrangência pode ser o Conselho Tutelar ou o CREAS para providências.

Se mesmo assim a situação persistir, o caso será remetido por esses órgãos para a Promotoria de Justiça.

b) Prevenção ao uso de álcool e outras drogas e enfrentamento às violências na instituição de ensino

Esta instituição procura trabalhar questões de uso de álcool e drogas baseadas na prevenção, e como temas transversais nas diversas disciplinas da grade, e mais detalhadamente, em Ciências e Biologia.

Nas reuniões pedagógicas com professores e funcionários e nas reuniões com pais e responsáveis dos estudantes menores de dezoito anos, são realizadas palestras de formação com o intuito em combater e prevenir este mal que aflige a sociedade contemporânea.

Por ocasião dessas reuniões são convidados para trabalhar estes temas alguns profissionais, juntamente com o Conselho Tutelar, CRAS, CREAS, CAPES, Patrulha Escolar, Secretaria da Saúde e a responsável pelo Programa no NRE, que são parceiros desta instituição.

Os casos identificados são encaminhados para a Rede de Proteção que faz o acompanhamento necessário juntamente com a família para resolver a situação.

Quanto à violência entendemos que também a melhor opção é a prevenção, sobretudo da prática do bullying. A equipe multidisciplinar desenvolve trabalho de formação e monitoramento para que, porventura, sendo identificados casos desse tipo, seja acompanhado e, quando for o caso, encaminhado aos órgãos competentes para as providências legais.

2.11 Relação entre profissionais da educação e discentes

As relações humanas são importantes em qualquer setor. Nesta instituição, essa relação é efetivadora, pois, para a aprendizagem é essencial querer aprender (PARO, 2006). Neste sentido o ambiente de motivação e desafio é importante tanto para professores e funcionários, como para os estudantes.

Nesta instituição, essa relação tem acontecido de forma muito transparente pois, no ato da matrícula, no início do ano, são realizadas aulas inaugurais para receber os estudantes e deixá-los motivados, pois muitos estão retornando aos estudos após vários anos afastados da escola e precisam de motivação e encorajamento.

Esta recepção é realizada por toda a equipe do CEEBJA que recebe o estudante na secretaria e o encaminha a todas as repartições da instituição, até encaminhá-lo para a sala de aula.

Tem-se enfrentado alguns problemas pontuais de indisciplinas com estudantes menores de dezoito anos que, muitas vezes não compreenderam a importância em estudar e acabam atrapalhando o adulto que muitas vezes enfrenta uma jornada de trabalho desgastante e, logo em seguida, vem para a instituição estudar.

Este desafio tem sido contornado pela instituição, juntamente com a família e, em último caso, com a Rede de Proteção que tem auxiliado em medidas que possam contribuir com a resolução das dificuldades enfrentadas.

Quanto ao relacionamento entre os profissionais da instituição, tem ocorrido de maneira profissional, de forma harmoniosa, em que todos procuram contribuir com sua parte para o bom andamento dos trabalhos.

III FUNDAMENTOS TEÓRICOS - MARCO CONCEITUAL

Historicamente, a educação formal e não formal dos diferentes grupos sociais tem em seus objetivos e finalidades, prepará-los para o trabalho e para o exercício consciente da cidadania. Com a finalidade de superar essa relação direta com a demanda do mercado de trabalho, é necessário e fundamental compreender o sentido desse processo na vida dos estudantes que não tiveram acesso ou continuidade da escolarização em idade própria.

Isso se faz necessário porque vivemos num mundo com constantes mudanças, o que faz vislumbrar um modelo de educação voltado para uma maior vivência na era digital observando o contido na Constituição Federal do Brasil, Artigo 5º, Inciso X e XVII, Lei Federal 9.610/1998 e Lei Federal 10.406/2002, Artigo 20, observando-se os pré-requisitos que devem ser apropriados pelos alunos na caminhada da escolarização.

3.1 Mundo

O mundo é histórico e social. Cada integrante de um grupo da sociedade, direta ou indiretamente, participa das transformações ocorridas no seu tempo e espaço.

Sendo um ser social, o homem não consegue viver no mundo sem fazer história e sem por ela ser construído, sem fazer cultura e sem tratar de sua presença no mundo.

O mundo está em constante transformação. A partir do momento da consciência de que se é um ser inacabado, necessariamente, o indivíduo tem necessidade de posicionar-se num mundo em constante movimento.

3.2 Homem

O homem é um ser que estabelece relações de interdependência com outros sujeitos para a produção de condições de existência.

Por meio do trabalho, o homem age sobre a natureza, criando um mundo propriamente humano, onde se articulam elementos naturais e não naturais, sendo

estes produzidos, criados e inventados por ele.

Dentre as expectativas do homem, uma delas é realizar-se como ser social e civilizado, portanto busca na educação um caminho para tal.

O homem deve ser sujeito de sua própria educação. Desta forma, acreditamos que através da reflexão e ação, ele contribuirá para as mudanças e melhorias na sociedade.

O conhecimento científico que busca explicitar as relações entre homem e natureza é uma conquista relativamente recente da humanidade e é direito de todos.

Este conhecimento pressupõe as concepções de homem, de mundo e das condições sociais que o geram; nasce da necessidade de fornecer aos indivíduos uma formação adequada para a sobrevivência numa sociedade onde o saber científico ocupa posição de destaque, configurando, dessa forma, as dinâmicas históricas que representam as necessidades do homem a cada momento, também nas mudanças internas e externas deste e em suas relações onde está inserido.

3.3 Sociedade

Uma sociedade historicamente construída orienta as ações educativas a que serão submetidos os seus membros. Estas ações não cessam na vida adulta, se estendem indefinidamente ao longo da existência dos sujeitos. Uma vez que a realidade encontra-se em permanente transformação, exige-se essa continuidade do processo educativo. No entanto, ocorre ênfase das ações educativas nos períodos de formação dos sujeitos: na infância, na adolescência e na juventude, de acordo com a individualidade do sujeito que deve ser respeitada e mais, ser considerada relevante no processo pedagógico.

A sociedade é heterogênea, é marcada por desigualdades econômicas e crenças culturais. Nela, o processo educativo contribui para a formação do sujeito no sentido que seja reconhecido como cidadão revestido de direitos e deveres, com condições de desempenhar um processo político capaz de propor mudanças sociais.

3.4 Educação

A história da Educação no Brasil apresenta um quadro com muitas

dificuldades. Muitos indivíduos não chegam, sequer, a fazer parte do processo educativo, e outros, por falta de adaptação ou metodologias adequadas, desistem e engrossam as filas dos excluídos da escolarização básica.

A educação é um processo contínuo que ocorre por toda a vida, devendo estar alicerçada na aquisição do conhecimento científico, na valorização do ser humano e no resgate da cidadania.

Portanto, a educação deve superar a dicotomia entre teoria e prática, atender em sua essência, o direito a uma educação de qualidade, conforme Lei Federal 9.394/96, Resolução 04/2010, CNE/CEB, Resolução 02/2012, CNE/CEB, Parecer 130/2010, CEE/PR, em que o indivíduo participe de forma ativa e eficaz na consolidação do conhecimento.

3.5 Trabalho

Pode-se definir trabalho na sua perspectiva ontológica, como a transformação da natureza pelo homem em seu benefício próprio e dos outros.

Existe uma interdependência e complementaridade entre natureza e sociedade, em que o trabalho, assim como a cultura, funciona como catalisador.

O homem transforma a natureza, o que lhe atesta como lhe confere liberdade e universalidade. Dessa forma, produz conhecimentos sistematizados que o torna histórico e social.

O trabalho também se constitui como prática econômica porque garante a existência, produz riquezas e satisfaz necessidades de acordo com as Resoluções 01/2004, e 02/2005, todas do NCE/CEB. É princípio educativo à medida que propicia a compreensão do processo histórico de produção científica, como conhecimentos desenvolvidos e apropriados socialmente para a transformação das condições naturais da vida e a ampliação das capacidades, das potencialidades e dos sentidos humanos.

3.6 Cidadania

Historicamente, cidadania esteve associada ao “acesso dos indivíduos aos bens e serviços de uma sociedade moderna”.

Com a mudança desse discurso para um sentido mais “político” e menos “social”, cidadania passou a ser compreendida como a participação dos indivíduos nas decisões pertinentes a sua vida cotidiana, devendo ser levado em conta o Decreto Federal 1.143/1999 e a Portaria Interministerial MEC/MF 413/2002. Essa não deixou de ser uma reivindicação que situava o político na precedência do social. Participar de decisões públicas significa obter direitos e assumir deveres, solicitar ou assegurar certas condições de vida minimamente civilizadas.

Em um contexto marcado pelo desenvolvimento de formas de exclusão, a cidadania surge como promessa de sociabilidade e a escola precisa ampliar parte de suas funções para atender as novas demandas de uma sociedade em transformação.

3.7 Cultura

Tendo em vista a diversidade de estudantes, com situações socialmente diferenciadas, é preciso que a Educação de Jovens e Adultos proporcione atendimento por meio da socialização dos conhecimentos e culturas.

O diálogo entre as diversas culturas e saberes se faz necessário. Respeitar as especificidades da EJA, as determinações sociopolíticas, culturais e as diferenças individuais da organização escolar vigente, é um desafio.

A educação é um processo de socialização da cultura da vida e para tanto será observado o disposto na Lei 11.769/2008, pois através da mesma se constroem, se mantêm e se transformam conhecimentos e valores. Socializar a cultura inclui garantir a presença dos sujeitos das aprendizagens na escola.

A cultura deve ser compreendida no seu sentido mais ampliado possível, ou seja, a articulação entre o conjunto de representações e comportamentos e o processo dinâmico de socialização, constituindo o modo de vida de uma população determinada.

3.8 Idoso

Esta fase, também conhecida como terceira idade é a fase mais avançada da vida do ser humano, Lei Federal 10.741/2003, Lei Estadual 17.858/2013. Nela, o corpo e a mente passam a ter variações e quando a idade vai ficando mais avançada, alguns

problemas de saúde se intensificam.

É uma fase em que se possui experiência de vida e pode-se ensinar muito às pessoas. Há idosos que estão desligados do mundo do trabalho formal e encontram na escola um espaço ideal para a ampliação de suas relações sociais e conhecimentos científicos.

3.9 Adulto

A fase adulta tem início aos vinte e um anos de idade. Nesta fase, as responsabilidades aumentam, algumas pessoas estão estabilizadas financeiramente, possuem emprego, traçam metas e objetivos, se casam, constroem família e buscam organizar o futuro de acordo com o que desejam. Muitos desses adultos não tem escolarização básica e chegam à EJA cheios de expectativas para cumprir suas metas e objetivos. O trabalho de resgate e valorização das pessoas faz com que encontrem nesta modalidade de ensino, a oportunidade de conclusão da educação básica e ingresso ao ensino superior.

3.10 Adolescência

Período da vida humana que começa com a puberdade que vai aproximadamente dos doze aos vinte anos. É quando ocorrem as mudanças corporais e psicológicas que separam a criança do adulto.

A adolescência se caracteriza por uma etapa da vida humana marcada por lutas e conflitos de ordem psicológica na esfera familiar, social, econômica e escolar, o que torna o estudante dessa fase suscetível a muitas variantes que acaba por influenciá-los por um bom tempo.

Atualmente, estruturas socioeconômicas e culturais contribui para uma entrada cada vez mais precoce em algumas dimensões da vida adulta. O adolescente que se insere nessa dimensão é sensivelmente diferente, pois carrega consigo uma gama de experiências adquiridas através de insucessos escolares.

Esse modo diferenciado de inserção no mundo adulto e das relações interpessoais define modos também diferenciados de relação com o mundo escolar e de perspectivas, critérios e estratégias de aquisição do conhecimento.

A maioria das redes públicas que oferecem EJA está, hoje, diante de contradições de difícil enfrentamento, pois inclui-se nessa modalidade de ensino, não apenas jovens, adultos e idosos, que consistem em um universo bastante diferenciado, mas também um número significativo de alunos adolescentes.

3.11 Juventude

A juvenilização da EJA exige medidas pontuais que garantam o acesso e a permanência do jovem na educação. A presença juvenil aponta histórico de insucesso escolar do jovem na idade própria.

Pode-se constatar que a relação intergeracional, estabelecida entre os sujeitos envolvidos no processo ensino-aprendizagem na modalidade de ensino da EJA se dá de forma diferenciada, dadas as especificidades de cada faixa etária.

Pesquisas a respeito da juventude na EJA apontam que o melhor caminho para a resolução dos problemas enfrentados pelos jovens nessa faixa etária é através do diálogo. O entendimento das diferenças de idades no cotidiano escolar configura possibilidades de construção de significados, sentidos para sua escolarização e o cumprimento da Lei 8.096/1990 e 11.525/2007.

Tendo como possibilidade as relações intergeracionais, alguns jovens considera que a enturmação (formação das turmas) dos alunos na EJA deveria ser de acordo com a faixa etária; entretanto, ao se escolarizarem juntamente com pessoas adultas e idosas, estas, servem como referência para seus estudos.

3.12 Escola

A escolarização significa para muitos estudantes, a oportunidade de ter acesso aos bens culturais e à valorização social, resultando do domínio do conhecimento. Assim sendo, a escola, tem um importante papel a cumprir, ao favorecer o acesso desse bem cultural. Segundo Tura, (2005, p. 150):

A escola é um local privilegiado de troca de ideias, de encontro, de legitimação de práticas sociais, de interação entre gerações, de articulação entre diversos padrões culturais e modelos cognitivos.

A escola é uma organização temporal. Deve ser menos rígida, segmentada e uniforme, a fim de que os estudantes, indistintamente, possam adequar seu tempo de aprendizagem de modo homogêneo e ideal.

Para tanto, a escola, face às novas exigências, precisa priorizar processos capazes de gerar sujeitos, participativos, cooperativos e preparados para diversificadas inserções sociais, políticas, culturais, laborais e ao, mesmo tempo, capazes de intervir e problematizar as formas de produção e de vida.

3.13 Conhecimento

A aquisição do conhecimento não inicia para o educando adolescente, jovem, adulto ou idoso, apenas quando ele ingressa num processo formal de ensino. Esta aquisição já vem acontecendo durante todo o decorrer de sua vida.

O indivíduo alijado da escolarização é obrigado, no confronto com suas necessidades cotidianas (trabalho, concorrência no emprego, vida social, familiar) a adquirir um saber que lhe possibilite a superação das desigualdades enfrentadas.

Porém, se sua situação nas relações sociais de produção não lhe exige a aquisição desse saber, essa mesma situação passa a impedir-lhe a escolarização, ou seja, o acesso às formas elaboradas de conhecimento.

A consciência do indivíduo torna-se, assim, marcada por uma ambiguidade, pois, de um lado quando se depara com certas dificuldades, ele não hesita e as resolve utilizando-se daquele seu saber e, de outro lado, como esse saber não é reconhecido enquanto conhecimento pela sociedade, ele mesmo, assumindo isso, embora inconscientemente, afirma que não conhece nada, e muito vezes se acha à margem do conhecimento.

Portanto, conhecimento é o conjunto de saberes acumulados pela humanidade no qual tem a escola, como espaço apropriado para resgate, sistematização, produção e transmissão para os indivíduos que a ela recorrem.

3.14 Ensino-aprendizagem

O processo ensino-aprendizagem contribui intencionalmente para a transformação social na medida em que é orientado no sentido de criar condições

para que o estudante, até então alijado da escolarização, perceba como acontece o processo de aquisição do conhecimento e como fazer uso adequado em seu benefício.

Quando o estudante atinge esse nível, ele está gradativamente se tornando sujeito do seu aprendizado e certamente responderá muito bem aos desafios e exigências de suas necessidades cotidianas.

O estudante adolescente, jovem, adulto ou idoso, embora, pela experiência de vida que tem, nem sempre participa ativamente do processo ensino-aprendizagem como um todo, fica dependente da mediação do professor. Porém, isso não pode ser confundido como indisposição para aprender, pois é ser transitório que poderá superar as dificuldade de aprendizagem.

É preciso compreender que o momento em que o estudante se depara com dificuldade e reconhece a necessidade de superá-la, é um momento importante no processo de recriação, etapa que antecede a aquisição do conhecimento.

Para tanto o processo ensino-aprendizagem no CEEBJA está centrado na aquisição do conhecimento científico por parte do estudante e, sua mediação, por parte do professor.

O trabalho pedagógico deve fundamentar-se no compromisso de que a escola deve levar seus estudantes para além do senso comum e chegar ao conhecimento mais elaborado sobre a realidade. Isso é garantir o acesso ao conhecimento.

Ao professor, enquanto detentor dos fundamentos do conhecimento científico, cabe o papel de mediador, ou seja, de desenvolver procedimentos adequados para viabilizar a apropriação desse conhecimento pelos estudantes. Aos estudantes, cabe o esforço teórico-prático dessa apropriação. O conceito de mediação relaciona-se à ideia de interação e, na prática pedagógica, a construção de significados, articula as experiências do estudante e do professor, bem como os procedimentos e recursos materiais, discursivo utilizados no processo de ensino/aprendizagem.

3.15 Avaliação

De acordo com o Manual de Orientações de Jovens e Adultos - EJA, a avaliação deve ser diagnóstica contínua, sistemática, abrangente e permanente, utilizando-se de instrumentos diversificados e, deve ser compreendida como uma

prática que alimenta e orienta a intervenção pedagógica e pela qual se estuda e interpreta os dados da aprendizagem.

Tem por finalidade acompanhar e aperfeiçoar o processo de aprendizagem dos estudantes, diagnosticar os resultados atribuindo-lhes valor.

Dessa forma, o professor tem em suas mãos um instrumento que possibilita a retomada de ações pedagógicas em favor de uma aprendizagem significativa.

É através da avaliação escolar permanente que se pode observar as ações pedagógicas e o processo de aprendizagem para que se possa melhorar e garantir uma escola de qualidade.

A avaliação na EJA faz parte do processo educativo e não pode restringir-se ao que o estudante sabe. É imprescindível encarar a avaliação como um meio de sistematizar o conhecimento de forma integral contribuindo para o reconhecimento das capacidades, avanços e limitações.

A avaliação deve ser emancipadora, o que implica garantir o acesso ao conhecimento por parte do estudante e avaliá-lo durante todo esse processo de apropriação do saber. Não se pode apenas avaliar o processo de aprendizagem, mas o de ensino também e, necessariamente, de forma concomitante.

O processo avaliativo deve ser contínuo, diagnóstico, dialético e deve ser tratado como integrante das relações de ensino-aprendizagem. Na relação dialética presente na avaliação, o educando está presente num momento de interação com o objeto do conhecimento que o levará à participação ativa, valorizando o fazer e o refletir.

A oferta da recuperação de estudos do CEEBJA significa encarar o erro como hipótese de construção do conhecimento, de aceitá-lo como parte integrante da aprendizagem, possibilitando a reorientação dos estudos. A recuperação, tanto de conteúdo quanto da nota, se processa concomitantemente ao processo ensino-aprendizagem, considerando a apropriação dos conhecimentos básicos, sendo direito de todos os estudantes, independentemente do nível de apropriação dos mesmos. A recuperação se processa de forma individualizada, organizada com atividades significativas, com diferentes instrumentos, com indicação de roteiro de estudos e a retomada dos conteúdos em sala.

Embasado no princípio da educação que valoriza a diversidade e reconhece as diferenças, o processo avaliativo como parte integrante da práxis deve estar

voltado para atender as necessidades dos estudantes, considerando o seu perfil e a função social da EJA, ou seja, seu papel na formação do cidadão e na construção da cidadania.

3.16 Tempo e espaço pedagógico

O educando que procura a EJA apresenta um tempo social e um tempo escolar vivido, o que aponta para a necessidade de reorganização curricular dos tempos e dos espaços escolares na busca de sua emancipação.

Na perspectiva da dimensão social, entende-se que os estudantes viveram e vivem tempos individuais e coletivos, dos quais fazem parte a infância, juventude e a vida adulta, no contexto das múltiplas relações sociais.

Na dimensão escolar, o tempo do aluno de EJA define-se pelo período de escolarização e por um tempo particular de aprendizagem, bastante diversificado, tendo em vista a especificidade dessa modalidade de ensino que considera a disponibilidade o tempo para a dedicação aos estudos.

O espaço pedagógico é entendido como um local de socialização dos saberes, proporcionando condições ao educando de exercer sua cidadania, valorizando sua bagagem cultural de referência e a ela acrescentando novos conhecimentos. Este espaço deve possibilitar aos estudantes desenvolverem a capacidade de pensamento, leitura e interpretação e reinvenção do mundo, através de ações reflexivas.

Assim, tempo e espaços são aspectos da cultura escolar que fazem parte da ação pedagógica, regulam e disciplinam educando e educadores de diversas formas, conforme a escola ou mesmo conforme cada sistema educacional.

3.17 Tecnologia

O acesso às tecnologias de informação e comunicação amplia as transformações sociais e desencadeia uma série de mudanças na forma como se constrói o conhecimento.

Frente a este cenário de desenvolvimento tecnológico que vem provocando mudanças nas relações sociais, a escola tem procurado construir novas estratégias pedagógicas elaboradas sob a influência do uso dos novos recursos tecnológicos,

resultando em práticas que promovam transformações no processo ensino-aprendizagem.

Kuenzer (2000, p. 40), desenvolveu algumas considerações voltadas para a Educação de Jovens e Adultos:

A educação deve voltar - se para uma formação na qual os educandos - trabalhadores possam aprender permanentemente, refletir criticamente, agir com responsabilidade individual e coletiva, participar do trabalho e da vida coletiva, comportar- se de forma solidária, acompanhar a dinamicidade das mudanças sociais, enfrentar problemas novos construindo soluções originais com agilidade e rapidez, a partir da utilização metodologicamente adequada de conhecimentos científicos, tecnológicos e históricos (KUENZER, 2000, p. 40).

As tecnologias da informação e comunicação apoiam e enriquecem o processo de ensino-aprendizagem. Como qualquer ferramenta, devem ser usadas e adaptadas para servir a fins educacionais e como tecnologia assistiva, desenvolvidas de forma a possibilitar que a interatividade virtual se desenvolva de modo mais significativo, inclusive na produção de linguagens.

Assim, a infraestrutura tecnológica, como apoio pedagógico às atividades escolares, deve também garantir acesso dos estudantes à biblioteca, ao rádio, à televisão, à internet aberta e às possibilidades de convergência digital.

3.18 Gestão escolar

O olhar do gestor sobre a escola deve ser crítico e construtivo, deve buscar identificar possíveis rupturas no processo de construção e de assimilação do conhecimento. Conta com a participação dos órgãos colegiados a fim de que haja cooperação frente àquilo que se pretende realizar.

A gestão escolar é aquela que tem, nas instâncias colegiadas, o espaço em que são tomadas as decisões que orientam o conjunto das atividades escolares.

O gestor, além da importância de possuir conhecimentos pedagógicos, também precisa de conhecimentos básicos em recursos humanos, pois estará constantemente se deparando com questões relacionadas a essa área.

A gestão escolar deve ser um espaço de luta em defesa da horizontalização das relações, de vivência e convivência colegiada, superando qualquer autoritarismo no planejamento e na organização escolar.

3.19 Formação humana integral

A formação integral do estudante engloba os aspectos sociais, psicológicos, pedagógicos e afetivos que devem ser considerados pela escola em todo o processo educacional.

Ela é de extrema importância para o desenvolvimento do adolescente, jovem, adulto e idoso, pois trabalha as relações humanas de forma mais ampla, indo além dos aspectos da racionalidade ou cognição, dando relevância às artes em geral, ao desenvolvimento de dimensões afetivas, aos valores e ao bem-estar do indivíduo.

O trabalho de formação integral conta, também, com a participação ativa dos pais dos estudantes menores de dezoito anos para promover o desenvolvimento da consciência de valores éticos e morais, a partir de uma perspectiva sobre as situações do cotidiano, permitindo que o estudante reconheça seus direitos e deveres dentro da sociedade na qual se insere.

É papel da escola oferecer atividades diversificadas aos seus estudantes, que os levem à percepção de suas potencialidades. Ao trabalhar na perspectiva de formação humana integral, a escola forma aluno-cidadão capaz de fazer suas próprias escolhas com autonomia e autoconhecimento.

O percurso formativo deve ser aberto e contextualizado, incluindo não só os componentes curriculares centrais obrigatórios, previstos na legislação e nas normas educacionais, conforme Resolução 07/2010, CNE/CEB mas também, conforme cada projeto escolar estabelecer, outros componentes flexíveis e variáveis que possibilitem percursos formativos que atendam aos inúmeros interesses, necessidades e características dos estudantes.

3.20 Formação continuada

A formação de professores competentes e criativos é uma necessidade básica para se aperfeiçoar e avançar no processo educativo, além da formação inicial conforme Lei 12.796/2013, os profissionais da instituição participam da formação continuada.

No campo da ética e da cidadania há preocupação com a própria formação profissional e a consciência de sua repercussão na prática pedagógica, como atitude de respeito para com os estudantes que têm direito a uma educação de qualidade.

Para todos os efeitos, constituem para o CEEBJA Assis Chateaubriand, como formação continuada: Grupos de Estudo, Semana Pedagógica, Formação em Ação, Equipe Multidisciplinar, Brigada Escolar, Reuniões, PDE, Simpósios, Seminários, Cursos, Palestras presenciais ou online.

3.21 Educação inclusiva e diversidade

A diversidade das vivências e a maneira como se relacionam é própria dos sujeitos, sejam adolescentes, jovens, adultos ou idosos. São grupos com histórias socioculturais que constituem parcelas da sociedade e que são considerados como público da educação escolar.

Mudanças significativas na educação brasileira nas últimas décadas, marcadas principalmente pela universalização do acesso à escola, estabeleceram a necessidade de um radical redimensionamento na concepção do público da escolarização.

A democratização do acesso à escolarização redefiniu o perfil do estudante atendido pela escola pública, diversificado em sua composição sociocultural e portador de novas e diferentes demandas psico-sociais que passam a ser respeitadas pela escola.

Nas últimas décadas, vive-se a revolução de valores, o respeito à diversidade humana, as mudanças na estrutura da sociedade. A educação escolar busca meios para trabalhar com essas transformações.

O respeito às diversidades passa, em certos casos, por questões pontuais como o uso do nome social que é o escolhido por estudantes travestis e transexuais de modo a contemplar sua identidade de gênero. O uso do nome social na educação tem por objetivo diminuir o constrangimento, promover o respeito e acabar com a evasão e a desistência dos estudos em função de possível discriminação de todos os gêneros e classes, conforme Lei Federal 13.185/2015, Lei Federal 10.639/2003, Lei Federal 11.645/2008, Lei Estadual 17.335/2012, Lei Estadual 16.454/2010, Diretrizes Curriculares de Gênero e Diversidade Sexual da SEED/PR, 2010, Resolução 2/2001, CNE/CEB, Resolução 12/2016, Deliberação 04/2006, CEE/PR, Artigo 6º, Deliberação 002/2016, CEE/PR, Parecer 6/2011, CNE/CEB, Parecer 02/2014, CAOPEduc e Instrução 10/2010, SUED/SEED, Instrução 017/2006, SEED/SUED.

Nessa perspectiva, o Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial), tem pautado suas políticas em princípios inclusivos, buscando transformar as escolas públicas em espaços valorizadores da diversidade, com atendimento às necessidades específicas de cada aluno.

Portanto, na Educação de Jovens e Adultos, as ações da Educação Especial que possibilitam a ampliação de oportunidades de escolarização, estão assegurados nas Diretrizes da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, ancorada no princípio de igualdade educativa e social a que todos os alunos, sem exceção, têm direito assegurado na LDBEN- Lei 9394/96, Lei Estadual 18.419/2015.

3.22 Direitos humanos

Entende-se que a formação do cidadão pressupõe a igualdade de direitos, como base em que a escolarização de jovens e adultos oportuniza ingresso no círculo dos direitos civis em conformidade com a Lei Federal 7.037/2009 e Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, MEC, 2006.

Restaura o direito de escolarização negado a diferentes grupos sociais de trabalhadores, a igualdade de oportunidades de acesso e permanência na escola, e aprendizagens de formação qualificadora.

A cidadania plena passa pela formação humana com o acesso à cultura geral, de modo que os estudantes-trabalhadores venham participar política e produtivamente das relações sociais, com comportamento ético, compromisso político, através do desenvolvimento da autonomia intelectual e moral.

3.23 Educação ambiental

A contemporaneidade é marcada por profundas mudanças e crises, notadamente ambientais, que ultrapassam os domínios ecológicos. Como assegura Leff apud Mendonça (2001) a crise ambiental não é crise ecológica, mas crise de razão, os problemas ambientais são fundamentalmente, problemas do conhecimento e toda e qualquer política ambiental deve passar por uma política do conhecimento e também para a educação.

Apreender a complexidade da crise ambiental não se constitui em

aprendizagem do meio, e sim de compreensão do conhecimento sobre o meio.

Para Francischett (2002) são nos momentos de crises econômicas, políticas, sociais e culturais que emergem a necessidade de inovações e mudanças e, é em momento de crise, que a geocartografia pode comprovar sua importância, ajudar a explicar e compreender o espaço geográfico, palco de manifestações dessa crise.

É do confronto entre o modelo de desenvolvimento econômico vigente – que valoriza a reprodução do capital em detrimento da conservação dos recursos naturais e da condição do bem-estar humano e a necessidade vital de conservação do meio ambiente que surge o debate em torno das questões ambientais.

Fica evidente que a problemática ambiental exige mudanças de comportamento da sociedade em relação à natureza e em relação a própria sociedade. Assim, a questão ambiental impõe às sociedades a busca de novas maneiras de pensar e agir, individual e coletivamente, de novos caminhos e modelos de produção de bens, para suprir necessidades humanas e relações sociais que não perpetuem tantas desigualdades e garantam a sustentabilidade ecológica. Isso implica novos valores com os quais a educação tem importante papel a desempenhar.

Considerado o estabelecido na Lei Federal 9.795/1999, Lei Estadual 17.505/2013, Decreto Estadual 4.167/2009, Decreto 8.662/2016, Resolução 2/2015, CNE, Deliberação 04/2013, CEE/PR o ambiente é muito mais que a “natureza” é o mundo social, político, econômico e físico em que se vive. O debate a respeito do uso racional dos recursos naturais e da melhoria na qualidade de vida aponta a Educação Ambiental como mecanismo importante para a mudança de valores da sociedade.

Portanto, a escola que constitui espaço privilegiado na vida dos estudantes, pois influi na construção de suas identidades e projetos de vida, caracteriza-se como ambiente propício, porém não único, para a formação de cidadãos conscientes, aptos a decidir e atuar na realidade socioambiental de modo comprometido com a vida, com o bem-estar de cada um e da sociedade, local e global.

3.24 Violências e o uso do álcool e outras drogas em âmbito escolar

É necessário considerar o fenômeno da violência a partir de uma perspectiva histórica, social e política. Compreende-se a violência na escola como um processo que se constitui historicamente no espaço e no tempo escolar.

A violência na escola é preocupante porque interfere nas ações escolares e dificulta o processo de socialização, de desenvolvimento intelectual, científico e filosófico do indivíduo.

O enfrentamento à violência na Escola requer formação continuada dos profissionais da educação, reflexões e discussões em grupos de estudos, seminários e oficinas sobre as causas da violência e suas manifestações, bem como a produção de material de apoio didático-pedagógico.

A violência e o uso de drogas no âmbito das escolas públicas estaduais são aspectos complexos e desafiadores que requerem tratamento adequado, cuidadoso e fundamentado cientificamente, por meio de conhecimentos científicos, desprovidos de preconceitos e discriminações, Lei Federal 11.343/2006.

As drogas podem ser classificadas, segundo seus mecanismos de ação no sistema nervoso central, em estimulantes e depressoras da atividade cerebral ou ainda, as que causam alucinações (alucinógenas). São exemplos de drogas estimulantes o tabaco, a cocaína e as anfetaminas. Como exemplos de depressoras o álcool, os solventes inalantes, os opioides, os benzodiazepínicos e barbitúricos e como alucinógenas a maconha, o LSD e o êxtase, entre outras.

A sociedade contemporânea tem como características: o espaço (escassez); o tempo (marcado fundamentalmente pelo fato social) e a individualização (sujeito busca a satisfação dos seus desejos, sua segurança e proteção).

Essa multiplicidade de fatores favorece a competição, o consumo de todo tipo de produtos e serviços e a perda do sentido de solidariedade e de alteridade. Esse fato contribui para que a cidade trace uma fronteira simbólica dividindo o espaço urbano em áreas espetaculares e áreas segregadas, criando mundos heterogêneos - ocupados por grupos sociais diferentes, de acordo com imagens construídas socialmente - e contribuindo para o surgimento de um estado constante de tensão propícia à violência.

O jovem disponível para experimentar novas situações e aventuras forma o grupo mais vulnerável à violência (vítima) e ocupa o lugar de violento (culpado).

IV PLANEJAMENTO - MARCO OPERACIONAL

A partir do diagnóstico da instituição de ensino, define-se as linhas de ação, a curto, a médio e a longo prazo, na perspectiva pedagógica, administrativa e político-social.

A educação deve estar sempre voltada para a existência humana em toda a sua duração e em todos seus aspectos para uma formação em que os educandos trabalhadores possam aprender permanentemente, refletir criticamente, agir com responsabilidade individual, coletiva, solidária, participar do trabalho e da vida coletiva, acompanhar as transformações sociais, utilizar conhecimentos científicos e tecnológicos historicamente construídos pela sociedade.

O CEEBJA de Assis Chateaubriand propõe que os processos de ensino e aprendizagem sejam coerentes com:

- o seu papel na socialização dos sujeitos agregando elementos e valores que proporcionem a emancipação e a afirmação da identidade cultural de seus educandos;
- o princípio e exercício da cidadania democrática, reflexo do processo cognitivo, crítico e emancipatório, com base em valores éticos como respeito mútuo, solidariedade e justiça;
- os três eixos articuladores do trabalho pedagógico com jovens, adolescentes, adultos e idosos: cultura, trabalho e tempo.

4.1 Calendário escolar

O calendário escolar é elaborado ao final de cada ano letivo, sempre com a participação da equipe gestora e aprovação do Conselho Escolar para posterior homologação do Núcleo Regional de Educação.

4.2 Ações didático-pedagógicas

Propõe-se acolher os estudantes que chegam à EJA no início dos períodos letivos com esclarecimentos sobre a dinâmica escolar. Para isso, são realizadas aulas

inaugurais com vídeo institucional orientando sobre a forma de organização da instituição, as normas, direitos e deveres, bem como instâncias colegiadas e recursos financeiros, Lei Federal 11.947/2009.

Os estudantes são acolhidos diariamente de forma carinhosa e incentivados a frequentar assiduamente as aulas, valorizando o tempo de aprendizagem de cada um. Uma vez por semana é entoado o Hino Nacional, conforme Lei Federal 12.031/2009 e Lei Federal 12.472/2011.

É na modalidade de ensino de EJA que retomam os estudos deixados para trás em dado momento de sua escolarização, independentemente da idade e do tempo que ficaram afastados do processo de escolarização.

O trabalho de conscientização sobre a importância dos estudos na vida dos estudantes é realizado diariamente por todos os envolvidos no processo de ensino - aprendizagem da instituição e, para tanto, é utilizada como ferramenta o disposto na Lei Federal 13.006/2014.

Tem-se especial cuidado na acolhida dos estudantes menores de dezoito anos recém-matriculados. Parte desses estudantes, estão cumprindo medidas sócio educativas e precisa de acompanhamento pedagógico diferenciado.

A instituição promove reuniões com pais ou responsáveis desses estudantes menores de dezoito anos em parceria com a Rede de Proteção. O contato com os pais ou responsáveis é realizado através de telefonemas e convocações escritas de comparecimento na instituição pela equipe pedagógica.

A matrícula dos estudantes menores de dezoito anos ocorre mediante a assinatura do responsável que se compromete, por escrito, a acompanhar a vida escolar do estudante. Nesta ocasião, ambos recebem orientações sobre direitos, deveres e sanções dos estudantes. Registra-se um termo de compromisso que é assinando pelos pais ou responsáveis.

Caso haja evasão do estudante menor de idade, os pais ou responsáveis são convocados a comparecer ao estabelecimento de ensino e se essa ação não surtir o efeito desejado, o menor será encaminhado à Rede de Proteção para que as devidas providências sejam tomadas. Tudo é realizado observando-se a Lei Federal 11.525/2007, a Lei 8.096/1990, a Lei 10.287/2001, a Lei 10.836/2004 e a Lei 11.343/2006.

Fazem parte da EJA, estudantes jovens, adolescente, adultos e idosos de

diferentes idades com diversidades sociocultural e multicultural. São estudantes provenientes do campo, menores infratores em liberdade assistida, pessoas com necessidades educacionais especiais, indígenas, entre outros, que demandam de uma educação que considere o tempo, os espaços e suas culturas; para tanto deve ser colocado em prática a Lei Federal 10.741/2003, Lei Estadual 17.858/2013 e a Deliberação 002/2016, CEE/PR.

O atendimento educativo aos estudantes com necessidade de aprendizagem é realizado por professores especializados que proporcionam condições de aprendizagem com estratégias diferenciadas, considerando que alguns estudantes demandam ampliação do tempo para a realização das atividades. Os estudantes surdos têm à disposição professor-interprete na Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) em conformidade com a Lei 10.436/2002, para auxiliar na aprendizagem e também há atendimento nas salas multifuncionais tipo I e II.

Obedecendo aos procedimentos avaliativos desenvolvidos pela Rede Pública de Ensino do Estado do Paraná, o CEEBJA, considerando-se o que institui a Lei Federal nº 9394/1996 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB); a Lei nº 13005/2014 que aprova o Plano Nacional de Educação (meta 7); a Lei n.º 18492/2015 que aprova o Plano Estadual de Educação (meta 7); a Resolução nº 04/2010 – CNE/CEB que define as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica; a Deliberação nº 07/1999 – CEE/PR que dispõe das Normas Gerais para Avaliação do Aproveitamento Escolar, Recuperação de Estudos e Promoção de Alunos do Sistema Estadual de Ensino, em Nível do Ensino Fundamental e Médio; a Deliberação nº 09/2001 – CEE/PR que dispõe sobre matrícula de ingresso por transferência e em regime de progressão parcial; o aproveitamento de estudos, a classificação e a reclassificação, as adaptações, a revalidação e equivalência de estudos feitos no exterior, a regularização de vida escolar em estabelecimentos que ofertem Ensino Fundamental e Médio nas suas diferentes modalidades; a Resolução nº 3794/04 que estabelece a nota 6,0 (seis vírgula zero) como média de aprovação para os estudantes da Rede Pública Estadual de Educação Básica, a partir do ano letivo de 2005. Nesses documentos, a avaliação deve ser entendida como um dos aspectos do ensino pelo qual o professor estuda e interpreta os dados da aprendizagem e de seu próprio trabalho, com as finalidades de acompanhar e aperfeiçoar o processo de aprendizagem dos estudantes, bem como diagnosticar

seus resultados e atribuir-lhes valor.

A avaliação do aproveitamento escolar incide sobre o desempenho do estudante em diferentes situações de aprendizagem.

A avaliação utiliza instrumentos diversificados, sendo vedado submeter o estudante a uma única oportunidade e a um único instrumento de avaliação.

Para que a avaliação cumpra sua finalidade educativa, deve ser contínua, permanente, cumulativa e diagnóstica, com o objetivo de acompanhar o desenvolvimento educacional do estudante, considerando suas características individuais em relação ao conjunto dos componentes curriculares cursados, com preponderância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos. Para a aprovação exige-se média igual ou superior a 6,0 (seis vírgula zero) e frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) no cômputo geral total de horas letivas. Obrigatoriamente são proporcionados ao estudante, no mínimo, 02 (dois) instrumentos de avaliação, no valor de 4,0 (quatro) e 6,0 (seis) respectivamente e dois instrumentos de recuperação de estudos também no valor de 4,0 (quatro) e 6,0 (seis).

Atividades avaliativas são analisadas no decorrer do período letivo, de acordo com a especificidade da EJA. Ao término da disciplina são observados os avanços e as necessidades, para estabelecer novas ações pedagógicas.

A atribuição de notas para efeitos de registro varia na escala de 0,0 (zero vírgula zero) a 10,0 (dez vírgula zero) de acordo com padrão cumulativo, ou seja, os valores das atividades avaliativas realizadas dentro de tempo determinado (carga horária prevista) são somados e convertidas em nota numérica.

A recuperação de estudos é ofertada sempre que for diagnosticada insuficiência no rendimento durante o processo de apropriação do conhecimento. Também é ofertado ao aluno que mesmo tendo média igual ou superior a 6,0 (seis), propõe-se a realizá-la.

O processo de avaliação, bem como as estratégias de recuperação de estudos, está estabelecido previamente no PTD, em função dos critérios de avaliação definidos a partir dos conteúdos das disciplinas.

A recuperação de estudos dá-se de forma permanente e concomitante ao processo de ensino-aprendizagem, realizada ao longo do período de cada disciplina, assegurando ao estudante novas oportunidades de aprendizagem dos conteúdos não apreendidos.

A recuperação é entendida como um dos aspectos do processo de ensino-aprendizagem pelo qual o professor reorganiza sua metodologia em função das dificuldades dos estudantes, de forma a oportunizar a apropriação efetiva dos conteúdos.

A recuperação de estudos, bem com a sua oferta, é direito de todos os estudantes, independentemente do nível de apropriação dos conhecimentos básicos, o que torna sua oferta obrigatória.

É vedado oportunizar um único momento de recuperação de estudos ao longo do período de avaliativo. O processo visa recuperar 100% (cem por cento), ou seja, a totalidade dos conteúdos trabalhados.

O resultado obtido na avaliação, após estudos de recuperação referente aos mesmos conteúdos e objetivos, em que o aluno demonstre ter superado as dificuldades, substitui o anterior, quando maior.

O estudante que obtiver média inferior a 6,0 (seis), obrigatoriamente, deve realizar avaliação de recuperação; aos demais que atingirem média 6,0 (seis) ou acima, lhes é facultativo realizar avaliação de recuperação.

Entende-se que instrumentos de avaliação são meios e recursos utilizados para alcançar determinado fim, de acordo com encaminhamentos metodológicos, conteúdos e critérios definidos. Daí a necessidade de selecionar instrumentos avaliativos durante o processo de planejamento de ensino, propiciando melhor adequação dos objetivos propostos aos conteúdos estabelecidos e as atividades empregadas no processo de ensino-aprendizagem.

Propõe-se utilização de diversos instrumentos avaliativos: dramatização, trabalhos artísticos, pesquisa bibliográfica e de campo, interpretação de textos, exposição oral, experimentação, debates, seminários, simpósios, provas teóricas e práticas, desenho, cartaz, maquete, registro em forma de relatório, gráficos, portfólio, áudio visual, produção textual, atividade escrita (objetiva, subjetiva, individual, em grupo).

Acredita-se que a diversificação de instrumentos avaliativos na prática pedagógica permite ao professor flexibilização em suas aulas, de modo a respeitar a pluralização e atender mais satisfatoriamente às necessidades individuais dos estudantes. Ao fazer uso de vários instrumentos de avaliação, o professor pode ampliar sua capacidade de observação, podendo assim, com maior número de

informações coletadas sobre o aprendizado dos estudantes, melhorar sua prática refazendo o planejamento para superação das dificuldades encontradas no percurso.

4.3 Ações referentes à flexibilização curricular

Faz-se relevante retomar o eixo tempo, norteador das Diretrizes Curriculares de EJA, que embasam o trabalho pedagógico desenvolvido pela escola. Existem tempos diferentes de aprendizagem, haja vista, tamanha diversidade de estudantes a qual se atende, Resolução 03/2012, CNE/CEB. Por isso, flexibiliza-se o tempo para atribuição de nota final ao estudante, na sala de atendimento individual. Desse modo, respeita-se suas necessidades individuais de aprendizagem, pois há estudantes que precisam de carga-horária maior que a mínima estabelecida para apropriação dos conteúdos e avanço no processo de aprendizagem.

Durante o ano letivo são realizados vários momentos de divulgação de matrículas: carro de som, pedágio, panfletagem, divulgação na imprensa escrita e falada e redes sociais, observando-se o texto da Constituição Federal do Brasil, Artigo 5º, Inciso X e XVII, Lei Federal 9.610/1998 e Lei Federal 10.406/2002, Artigo 20. Desta forma, muitas pessoas procuram a instituição para dar continuidade aos estudos. Prevê-se em calendário escolar as datas para realização dos treinamentos do Programa Brigada Escolar instituído pela Lei Estadual 18.424/15. Objetiva-se com esses treinamentos construir uma cultura de prevenção, preparando a comunidade escolar para enfrentamento de situações emergenciais.

Prioriza-se a formação técnico-pedagógica dos funcionários e professores, por meio de formação continuada, grupo de estudos, reunião pedagógica e cursos. Sempre que existe a possibilidade de participação de funcionários e professores em formações continuadas, eles são incentivados e apoiados pela equipe gestora da escola.

A Equipe Multidisciplinar possibilita a participação da comunidade escolar e tem como objetivos: desenvolver ações de formação continuada e práticas pedagógicas; fundamentar os avanços e aprofundar os compromissos educacionais e sociais com a educação das relações étnico-raciais para garantir o cumprimento das Leis nº 10.639/03 e 11.645/08, Lei Federal 10.639/2003, Lei Estadual 16.454/2010, Resolução 12/2016, Diretrizes Curriculares de Gênero e Diversidade Sexual da

SEED/PR, 2010, Deliberação 04/2006, CEE/PR, Artigo 6º, Parecer 6/2011, CNE/CEB e Instrução 10/2010, SUED/SEED. Realiza-se encontros para estudos dos temas e produção de material pedagógico; promove-se palestras, aulas de campo para contextualização da fundamentação teórica.

A Equipe Multidisciplinar é formada conforme orientações da Instrução nº 10/2010 – SUED/SEED. Estuda, planeja e organiza atividades no espaço escolar abordando temas como cultura afro-brasileira (consciência negra), diversidade cultural e de gênero. Desenvolve seu plano de ação no decorrer do ano letivo desenvolvendo atividades de integração e superação dos preconceitos e integrando as diversas disciplinas.

Os direitos humanos devem ser respeitados por todas as pessoas que integram os espaços escolares, conforme Lei Federal 7.037/2009 e Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, MEC, 2006 e portanto, propõe-se ações voltadas ao respeito do outro em sua individualidade, credo, cor da pele, orientação sexual, através de palestras, análise de textos e vídeos como forma de prevenção e combate ao bullying, ou a qualquer outra violência e à drogadição ou uso do álcool, com atividades pedagógicas construídas pela equipe multidisciplinar, conforme Lei Federal 13.185/2015, Lei Estadual 17.335/2012.

Desde a sua implantação em 2007, o PDE, tem possibilitado aos professores do quadro próprio do magistério, QPM, o afastamento das atividades escolares em cem por cento no primeiro ano para estudos na universidade. No segundo ano, 25% por cento de afastamento, com retorno a escola para a implementação do projeto elaborado.

É positiva a contribuição dos professores PDEs no cotidiano escolar através da implementação do projeto elaborado, o que possibilita envolvimento da comunidade escolar contribuindo com a melhoria dos processos de ensino e de aprendizagem.

Para os estudantes e comunidade escolar são oportunizadas possibilidades de participação em atividades diversificadas durante o ano letivo:

- Semana Maria da Penha: realização de atividades preferencialmente no mês de março. Dia Internacional da Mulher com a finalidade de conscientização sobre os aspectos que criminalizam e punem atos de

violência contra a mulher, conforme Lei Estadual 18.447/2015.

- Olimpíadas de Matemática: aplicadas com o objetivo de despertar o potencial e o interesse em aprender, utilizando raciocínio lógico-matemático, sem prevalecer a competitividade.
- Educação Tributária: Realização de palestra em parceria com uma Cooperativa de Crédito visando formar nos estudantes a conscientização sobre a aplicação dos recursos arrecadados por cada ente federado, Decreto 1.143/1999, Portaria 413/2002.
- Festa Caipira (Arraiá do CEEBJA, Festa Junina, Julina, Agostina): É tradição na instituição, pois possibilita aos estudantes conhecerem mais sobre essa manifestação cultural com comidas, danças, músicas, alegorias típicas. A culinária é preparada com doações da comunidade escolar, e tem objetivo da socialização e confraternização entre todos os alunos da instituição: matutino, vespertino, noturno, sede e APEDs.
- Semana Estadual da Pessoa com Deficiência: preferencialmente de 21 a 28 de Agosto com realização de palestra na instituição e visitas às Escolas de Educação Especial para sensibilizar os estudantes. Lei Estadual 17.343/2012.
- Noite de Talentos: atividade pedagógica cultural realizada uma vez durante o ano letivo. Tem como objetivo possibilitar aos estudantes a demonstração de seus talentos pessoais tais como música, de acordo com a Lei 11.769/2008, artesanato, poesia, teatro e dança.
- Concurso de Redação: tem como objetivos motivar o estudante à prática da escrita e desenvolvimento de suas habilidades literárias. Anualmente é escolhido um tema e um gênero textual para o concurso de redação. O resultado do concurso é apresentado para a comunidade escolar através de um evento solene, realizado na própria instituição, com entrega de premiações para os três vencedores do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. Posteriormente, o resultado desse concurso é disponibilizado no site da instituição, na imprensa falada e escrita do município.
- Jogos Escolares: acontecem uma vez por ano, durante três noites consecutivas. Tem como objetivo motivar o aluno à prática esportiva e

promover a socialização, o espírito de luta e a melhorias da qualidade de vida. A comunidade participa como árbitros das partidas, mesários, animadores em apresentações artísticas e espectadores. A premiação é feita através da entrega de troféus e medalhas.

- Semana Nacional do Trânsito: preferencialmente no período de 18 a 25 de setembro de cada ano letivo são desenvolvidas atividades de conscientização sobre esse tema nas várias disciplinas da grade curricular. Esse trabalho utiliza dinâmicas como vídeos, desenhos, textos, panfletos, conforme Lei Federal 9.503/1997.
- Formatura ao final do ano letivo, para coroar com êxito o fruto dos trabalhos realizados durante o ano é realizada a Solenidade de formatura de todos os estudantes concluintes do Ensino Fundamental e Médio. Nesse evento eles tem a oportunidade de participarem do cerimonial e registrarem através de fotos e filmagem os acontecimentos, tudo de forma gratuita.

A instituição poderá realizar outras atividades que embora não previstas no PPP, poderão ser realizadas mediante apresentação e aprovação do Conselho Escolar, ou se a legislação assim exigir.

Entende-se estágio de acordo com as Resoluções 01/2004, e 02/2005, todas do CNE/CEB, como períodos de trabalho por tempo determinado para formação e aprendizagem de uma prática profissional.

O estágio não obrigatório não interfere na aprovação ou reprovação do estudante e não é computado como componente curricular, porém conforme regimento a carga horária deve ser anotada no histórico do estudante. O estágio é o ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, cujas atividades devem ser adequadas às exigências pedagógicas relativas ao desenvolvimento cognitivo, pessoal e social do estudante.

Os estagiários são estudantes devidamente matriculados e frequentando as aulas regularmente na EJA. O estágio se distingue das demais atividades educativas por ser um momento de inserção do estudante no mundo do trabalho.

A idade mínima do adolescente para participar do estágio não obrigatório é de dezesseis anos. A duração do estágio não obrigatório, contratado com uma mesma

instituição concedente, não poderá exceder dois anos, exceto quanto se tratar de estagiário com necessidades especiais.

O estágio será desenvolvido com a mediação de professor especificamente designado para essa função, o qual será responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades.

As atividades de estágios que podem ser realizadas são:

- Atividade de integração social;
- O uso das novas tecnologias;
- Produção de texto;
- Aperfeiçoamento do domínio de cálculo;
- Aperfeiçoamento da oralidade;
- Compreensão das relações do mundo do trabalho, tais como: planejamento, organização e realização de atividades que envolvam a rotina administrativa, documentação comercial e rotinas afins.

A Política Educação Ambiental, conforme Lei Federal, nº 9.795/99, Lei Estadual 17.505/2013, Decreto Estadual 4.167/2009, Decreto 8.662/2016, Resolução 2/2015, CNE, Deliberação 04/2013, CEE/PR, foi criada em conformidade com os princípios e objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) e do Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA), articulada com o sistema de meio ambiente e educação em âmbito federal, estadual e municipal.

Nesse sentido, são promovidas ações de educação ambiental integradas aos programas de preservação, conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente, através de palestras, estudo de textos, vídeos e realização de aulas de campo.

4.4 Celem

O Centro de Línguas Estrangeiras Modernas, CELEM, oferta curso básico e de aprimoramento para a língua espanhola para a comunidade envolvendo, professores, estudantes e funcionários, de acordo com a Instrução 010/2013. As atividades do CELEM estão integradas às demais atividades curriculares. O curso tem duração de dois anos no nível básico, com a possibilidade de mais um ano de aprimoramento. O horário de funcionamento acontece no período noturno ou de

acordo com a demanda discente.

4.5 Sareh

O serviço de atendimento à rede de escolarização hospitalar e domiciliar, SAREH, é um serviço pedagógico ofertado pelo Departamento de Educação Especial, DEE, conforme Resolução Conjunta 03/2014, SEED/SESA/PR, Instrução 09/2017/SUED/SEED.

Dentre suas atribuições visam o atendimento educacional para estudantes matriculados na Educação Básica, em seus diferentes níveis e modalidades e que se encontram temporariamente impedidos de frequentar a instituição de ensino onde estejam regularmente matriculados.

Terão direito ao atendimento os estudantes impossibilitados de frequentar a instituição de ensino por estarem realizando tratamento de saúde, que necessitem de continuidade em seu processo de escolarização e manutenção do vínculo com seu ambiente escolar.

Para se iniciar o processo, um responsável pelo estudante deverá apresentar na instituição de ensino onde estuda um laudo médico que atesta a impossibilidade de frequentar regularmente as aulas, por período não inferior a noventa dias.

O aluno poderá receber atendimento nas disciplinas em que estiver matriculadas conforme norma da EJA, sempre no período diurno e numa carga horária de quatro horas aulas por disciplina.

Quanto à atribuição de notas, os professores analisarão e atribuirão notas nas respectivas atividades/conteúdos desenvolvidos pelo estudante nas Unidades Hospitalares e registrarão nos LRC ou Ficha de Registro de Avaliação, Frequência e Conteúdos da Organização Individual seus resultados. Quanto à frequência observar o contido na instrução 07/2010.

4.6 Atendimento pedagógico a distância

O aluno que esteja impedido de comparecer à instituição de ensino por alguma causa legalmente amparada: portadores de afecções congênitas ou adquiridas, infecções, traumatismos ou outras condições mórbidas (Lei Federal nº

1.044/69), em razão de licença-gestação (Lei Federal nº 6.202/75), em razão de serviço militar (Dec.-Lei Federal nº 715/69) ou estudantes em cumprimento de medidas socioeducativas, poderão receber atendimento a distância. Para iniciar o processo, um membro da família, procurador ou responsável deverá apresentar na instituição de ensino onde estuda, a documentação necessária, ou um laudo médico, quando doença que atesta a impossibilidade de frequentar regularmente as aulas.

Com base nestes documentos a instituição de ensino tomará as providências para que os professores providencie os encaminhamentos pedagógicos para dar atendimento aos estudantes realizarem as atividades/conteúdos. O responsável fará o intercâmbio entre instituição de ensino e estudante com objetivo de levar e trazer os materiais disponibilizados.

De posse dos materiais os professores analisarão e atribuirão notas nas respectivas atividades/conteúdos desenvolvidos pelo estudante em sua residência e registrarão nos LRC ou Ficha de Registro de Avaliação, Frequência e Conteúdos da Organização Individual os resultados. Quanto a frequência observar o contido na instrução 07/2010.

4.7 Proposta pedagógica curricular

A Proposta Pedagógica Curricular, PPC, é a expressão de uma concepção de educação e de sociedade, pensada filosófica, histórica e culturalmente no PPP.

A PPC, parte integrante do PPP, se constitui em um documento que fundamenta e sistematiza a organização do conhecimento no currículo.

Os conteúdos estruturantes da EJA são os mesmos do ensino regular, nos níveis Fundamental e Médio, porém, com encaminhamento metodológico diferenciado.

Assim, é possível trabalhá-los de forma e em tempo diferenciados, tendo em vista as experiências e trajetórias de vida dos educandos da EJA.

A mediação pedagógica prioriza o encaminhamento dos conteúdos na forma coletiva, na relação professor-estudantes, considerando os saberes adquiridos na história de vida de cada estudante e, na forma individual, contemplando o ritmo próprio de cada um, nas suas condições de vinculação à escolaridade e os saberes apropriados.

V AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Considerando que os Cursos de Ensino Fundamental e Médio – EJA, implantados na rede estadual de ensino necessitam constantemente estar em processo de aperfeiçoamento, e considerando a necessidade de dados para fundamentar o pedido de renovação, procede-se à avaliação da Proposta Curricular da EJA, nos níveis Fundamental e Médio.

A avaliação institucional desenvolve-se de forma coletiva, no CEEBJA ASSIS CHATEAUBRIAND, onde participam os estudantes, efetivamente matriculados na EJA, sendo na parte que se refere ao **INSTRUMENTO – ESTUDANTES**.

Profissionais e Representantes da Comunidade Escolar (Diretores, Professores e Equipe Pedagógica, Equipe Administrativa, Serviços Gerais e Representantes da Comunidade Escolar: APPAF e Conselho Escolar são respondentes do **INSTRUMENTO - ESCOLA**, manifestando-se por meio do Instrumento de Avaliação, organizado em quatro dimensões, sobre:

- seu próprio processo de aprendizagem;
- qualidade dos recursos materiais e didáticos disponíveis;
- formas de planejamento coletivo;
- avaliação dos professores e funcionários sobre o processo de trabalho;
- formas de gestão.

Neste processo de avaliação é possível estabelecer um efetivo diálogo com os sujeitos envolvidos neste âmbito educacional, identificar as qualidades e fragilidades da PPC no contexto escolar, permitindo uma reflexão quanto à implementação das mudanças necessárias ao aprimoramento da prática educativa.

No sentido de qualificar esse processo avaliativo, adotou-se o que propõe Saul (2006, p. 61) no paradigma da Avaliação Emancipatória, caracterizado como “um processo de descrição, análise e crítica de uma dada realidade, visando transformá-la. “(...) O compromisso principal desta avaliação é o de fazer com que as pessoas direta ou indiretamente envolvidas em uma ação educacional escrevam a sua ‘própria história’ e gerem as suas próprias alternativas de ação.”

Nestes termos, o processo desenvolve-se de forma coletiva, com todos os segmentos envolvidos com a EJA, em todas as etapas, desde a sua concepção até a tomada de decisões.

A organização desses instrumentos é da seguinte forma: os instrumentos de avaliação foram elaborados de forma que a comunidade escolar, pudesse fazer uma ampla reflexão e análise crítica, a fim de obter um real diagnóstico da situação da Educação Pública Estadual de Jovens e Adultos, partindo dos seguintes princípios:

- respeito à identidade e à diversidade institucional;
- superação de visões fragmentadas, episódicas e pontuais, na busca do necessário rigor e isenção;
- responsabilidade coletiva no desenvolvimento da Escola;
- busca da qualidade da escola Pública Estadual de EJA;
- educação como processo de formação humana;
- avaliação como prática permanente e necessária para ajustes, questionamentos e revisões.

Considerando os aspectos citados, os instrumentos de avaliação foram organizados em quatro dimensões:

5.1 Dimensão I - gestão educacional

Esta dimensão diz respeito à forma como a instituição de ensino se articula e se organiza no próprio âmbito e em relação à Mantenedora, para definir suas ações e os meios para efetivá-las, a fim de atender a sua função social.

5.2 Dimensão II - formação de professores e de profissionais de serviço e apoio

Esta dimensão contempla as questões relativas aos profissionais da instituição ensino, seu papel, compromisso e responsabilidade profissional em relação ao seu próprio trabalho e em relação à instituição da qual faz parte, bem como às relações de trabalho e as oportunidades de participação e aperfeiçoamento profissional proporcionados pela mantenedora.

5.3 Dimensão III - práticas pedagógicas e avaliação

Analisa-se nessa dimensão o fazer pedagógico, fundamentado em relações democráticas no ambiente escolar e o processo de avaliação, que deve ser contínuo utilizando diferentes instrumentos.

5.4 Dimensão IV - infraestrutura física e recursos pedagógicos

Esta dimensão busca avaliar em que medida os recursos físicos e materiais existentes na instituição de ensino correspondem às necessidades reais para execução do trabalho pedagógico com qualidade.

As questões avaliadas são organizadas sob a forma de uma Afirmação da Existência da Situação Enunciada e para as respostas, foi considerado o grau da Existência Real da situação proposta em cada instituição, sendo assinalada pelo respondente, uma das categorias de modo a expressar a percepção acerca do grau de ocorrência das situações descritas.

As categorias propostas no Instrumento de Avaliação variam do nível um ao quatro, como forma de configurar um quadro mais aproximado da realidade das Escolas de EJA, conforme a seguir:

Categorias	Definições
01	OCORRE PLENAMENTE – percebo que isso acontece como uma constante no cotidiano da Escola.
02	OCORRE SATISFATORIAMENTE – percebo que isso acontece com frequência considerável na Escola;
03	OCORRE MINIMAMENTE – percebo que isso acontece muito raramente na Escola;
04	NÃO OCORRE – considero que isso não ocorre na Escola;

As respostas são registradas em formulário eletrônico (Google Docs), online onde é possível produção de relatórios estatísticos da frequência/percentual por questão e por categoria nos níveis e gerais da instituição de ensino.

Os Instrumentos de Avaliação permitem também, que os respondentes registrassem observações complementares em cada item das dimensões avaliadas. Essas observações são sistematizadas pela Comissão do CEEBJA, as quais, juntamente com os relatórios estatísticos, subsidiaram a reflexão e análise dos dados.

Importa ressaltar o volume e a qualidade dos dados obtidos com esse trabalho de pesquisa que assim são disponibilizados a todos os interessados via internet e que permitem análises que, certamente, vão muito além das registradas no presente relatório, em que se optou por destacar os aspectos mais relevantes em relação ao propósito mais imediato deste trabalho.

VI AVALIAÇÃO DO PPP

Como todo processo de construção coletiva na educação envolve fatores históricos, políticos e sociais, esse documento, fruto de uma ampla discussão de todos os segmentos dessa instituição, deve passar por ajustes assim que os sujeitos que dele fazem parte acharem necessário.

Para tanto, com essa utilização de vários momentos e instrumentos com a finalidade de avaliar o cumprimento de seus objetivos.

Esses momentos e instrumentos são: semana pedagógica, cursos, reuniões da equipe gestora, de professores, funcionários, estudantes, das instâncias colegiadas, assembleias, debates, caixa de sugestão e também na avaliação institucional.

VII REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APOSTILA. **Concepção e organização da avaliação da concepção da educação. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988.** Artigo 5º, X e XXVIII (direito de imagem). Daryell, J. N. O Jovem Como Sujeito Social. Revista Brasileira de Educação. Set./Out./Nov./Dez. 2003.

Decreto 1.143/1999 e Portaria 413/2002. Educação Tributária. MEC/Ministério da Fazenda.

Decreto 4.167/2009. Dispõe sobre a obrigatoriedade da separação seletiva dos resíduos recicláveis gerados pelos órgãos e entidades da administração pública estadual direta e indireta.

Decreto 8.662/2016. Dispõe sobre a adoção de medidas rotineiras de prevenção e eliminação de focos do mosquito *Aedes aegypti*, no âmbito dos órgãos e entidades do Poder Executivo Federal, cria o Comitê de Articulação e Monitoramento das ações de mobilização para a prevenção e eliminação de focos do mosquito *Aedes aegypti*.

Deliberação 002/2016, CEE/PR Fixa normas para a Educação Especial, modalidade da Educação Básica, para o Sistema de Ensino do Estado do Paraná, para alunos com necessidades educacionais especiais, aqui denominada Educação Especial.

Deliberação 04/13, CEE/PR. Normas Estaduais para a Educação Ambiental.

Deliberação 04/2006, CEE/PR. Artigo 6º, Formação de Equipes Multidisciplinares.

Diretrizes Curriculares da Educação de Jovens e Adultos – Curitiba: SEED – Pr., 2006.

Diretrizes Curriculares de Gênero e Diversidade Sexual 2.010 da SEED/PR.

Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica / Brasília MEC, SEB, DICEI, 2013.

DOURADO, F. A Qualidade da Educação Texto Semana Pedagógica. 2016.

Duarte, N. **O Ensino de Matemática na Educação de Jovens e Adultos.** 11ª edição. São Paulo: Cortez, 2009.

Fonseca, M. C. F. R. **Educação Matemática de Jovens a Adultos: especificidades, desafios e contribuições.** 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2012.

http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/instrucoes2015_sued_seed/instrucao00115sued_seed.pdf

http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/instrucoes2015_sued_seed/instrucao00315sued_seed.pdf. Acessado em 01/05/2017.

<http://www.marupiara.com.br/formacao-humana-e-integral/>. Acessado em 01/05/2017.

<https://www.estudokids.com.br/fases-da-vida-infancia-adolescencia-idade-adulta-e-velhice/>. Acessado em 01/05/2017.

Instrução 001/2015. SEED/PR. Hora atividade

Instrução 017/2006, SUED/SEED/PR. A Educação das Relações étnico-Raciais e o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana passa a ser obrigatória em todos os níveis e modalidades de ensino da Rede Pública Estadual de Educação Básica.

Instrução 10/2010, SEED/SUED/PR. Trata da Educação das Relações étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena. Leal, Telma Ferraz, Eliana Borges Correia de Albuquerque, Artur Gomes de Moraes. Alfabetizar letrando na EJA: Fundamentos teóricos e propostas didáticas. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

Lei 16.454/2010 e Resolução 12/2016. Gênero e Diversidade Sexual.

Lei Estadual 11.343/2006. Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas.

Lei Estadual 17.335/2012 – Institui o Programa de Combate ao Bullying, de ação interdisciplinar e de participação comunitária, nas Escolas Públicas e Privadas do Estado do Paraná.

Lei Estadual 17.343/2012. Institui a Semana Estadual da Pessoa com Deficiência, a ser realizada anualmente no período de 21 a 28 de agosto.

Lei Estadual 17.505/2013. Institui a Política Estadual de Educação Ambiental e o Sistema de Educação Ambiental.

Lei Estadual 17.555/2013. Institui as Diretrizes para a Política Estadual de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista - TEA.

Lei Estadual 17.681/2013. Institui a Política Estadual de Proteção dos Direitos da Pessoa com Síndrome X Frágil.

Lei Estadual 17.858/2013. Estabelece a política de proteção ao idoso.

Lei Estadual 18.419/2015. Estabelece o Estatuto da Pessoa com Deficiência do Estado do Paraná.

Lei Estadual 18.424/2015. Instituição do Programa Brigada Escolar – Defesa Civil na Escola.

Lei Estadual 18.447/2015. Institui a Semana Maria da Penha nas escolas estaduais. Segundo a lei, todos os anos, no mês de março, os colégios estaduais realizarão atividades para instruir os jovens sobre a Lei Maria da Penha, que criminaliza e pune

atos de violência contra a mulher.

Lei Federal 11.343/06. Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas

Lei Federal 10.287/2001. Altera o Artigo 12, inciso VIII da Lei 9394/96.

Lei Federal 10.406/2002. Institui o Código Civil, artigo 20.

Lei Federal 10.436/2002. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS.

Lei Federal 10.639/2003. Altera a Lei 9.394/96. Incluindo a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”.

Lei Federal 10.741/2003. Dispões sobre o Estatuto do Idoso.

Lei Federal 10.836/2004. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências.

Lei Federal 11.525/2007. Acrescenta §5º ao Art. 32 da Lei 9.394/1996, para incluir conteúdo que trate dos direitos das crianças e dos adolescentes no currículo do ensino fundamental.

Lei Federal 11.645/2008. Altera a Lei 9394/1996, modificada pela Lei 10.636/2003, que estabelece diretrizes e bases da educação nacional para incluir no currículo a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

Lei Federal 11.769/08. Musicalização.

Lei Federal 11.947/2009. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Instituição de ensino aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências.

Lei Federal 12.031/2009. Altera a Lei 5.700/1971, obrigatoriedade de execução do Hino Nacional nos estabelecimentos de ensino fundamental.

Lei Federal 12.472/2011. Acrescenta § 6º ao Art. 32 da Lei 9394/96. Inclui os símbolos nacionais como tema transversal nos currículos do ensino fundamental.

Lei Federal 12.796/2013. Altera a Lei 9394/94 e dispõe sobre a formação dos profissionais da educação.

Lei Federal 13.006/2014. Acrescenta § 8º ao Art. 26 da Lei 9394/1996, para obrigar a exibição de filmes de produção nacional nas escolas de educação básica.

Lei Federal 13.185/2015. Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (bullying).

Lei Federal 6.202/1975. Atribui a Estudante em estado de gestação o regime de exercícios domiciliares.

Lei Federal 7.037/2009. Educação em Direitos Humanos.

Lei Federal 8.096/1990. Estatuto da Criança e do Adolescente.

Lei Federal 9.394/96. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Lei Federal 9.503/97. Educação para o Trânsito.

Lei Federal 9.610/1998. Regula os direitos autorais, entendendo-se sob esta denominação os direitos de autor e os que lhes são conexos.

Lei Federal 9.795/1999. Política Nacional de Educação Ambiental.

Parecer 02/2014. CAOPEduc – Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça da Criança e do Adolescente e da Educação (Área da Educação). Uso do nome social nas instituições escolares para menores de 18 anos.

Parecer 130/2010, CEE/PR. Diretrizes Curriculares Orientadoras da Educação Básica para a Rede Estadual de Ensino.

Parecer 6/2011, CNE/CEB. Políticas públicas para uma educação antirracista.

Plano de Ação da Escola, 2017.

Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. MEC. 2006.

PARO, V. H. **Gestão Democrática da Escola Pública.** Ática. SP. 2006.

Resolução 01/2004, CNE/CEB. Estabelece Diretrizes Nacionais para a organização e a realização de Estágio de alunos da Educação Profissional e do Ensino Médio, inclusive nas modalidades de Educação Especial e de Educação de Jovens e Adultos.

Resolução 02/2005, CNE/CEB. Modifica a redação do § 3º do artigo 5º da Resolução CNE/CEB nº 1/2004, até nova manifestação sobre estágio supervisionado pelo Conselho Nacional de Educação

Resolução 03/2010, CNE/CEB. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos à duração dos cursos e idade mínima para ingresso nos cursos de EJA; idade mínima e certificação nos exames de EJA; e Educação de Jovens e Adultos desenvolvida por meio da Educação a Distância.

Resolução 03/2012, CNE/CEB. Define diretrizes para o atendimento de educação escolar para populações em situação de itinerância.

Resolução 04/2010, CNE/CEB. Define Diretrizes Nacionais Gerais para a Educação Básica.

Resolução 07/2010, CNE/CEB. Fixa Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de nove anos.

Resolução 2/2001, CNE/CEB. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.

Resolução 2/2012, CNE/CEB. Define Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.

Resolução 2/2015, CNE/CEB. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.

Resolução conjunta 03/2014, SEED/SESA. Resolve regulamentar o Serviço de Atendimento à Rede de Escolarização Hospitalar (SAREH).

SAUL, A. M. **Avaliação Emancipatória:** desafios à teoria e à prática de avaliação e reformulação de currículo. São Paulo: Cortez, 2006.

SEED. **Concepção e organização da avaliação no contexto de educação:** instrumentos, critérios e relações existentes no processo ensino e aprendizagem.

SEED. **Concepção e organização da avaliação no contexto de educação:** instrumentos, critérios e relações existentes no processo ensino e aprendizagem.

SEED/PR. Departamento de Educação Básica. **Manual de Orientações.** Educação de Jovens e Adultos – EJA Ensino Fundamental – Fase II e Ensino Médio. Curitiba, 2012.

Silva, N. N. **Juventude Negra na EJA:** o direito à diferença. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2010.

TURA, M. L. R. **Conhecimentos escolares e a circularidade entre culturas.** Em LOPES, A. C., MACEDO, E. (Org.). Currículo: debates contemporâneos, São Paulo: Cortez, 2005.